



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

MATHEUS DA SILVA MOREIRA

**A OLIMPÍADA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O SEU
POTENCIAL DE AVALIAR AS RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE
EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

NATAL, RN

2022

Matheus da Silva Moreira

**A OLIMPÍADA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O SEU
POTENCIAL DE AVALIAR AS RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE
EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Coordenação do curso de Administração da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
como requisito parcial para a obtenção do título
de bacharel em Administração.

Orientadora: Edna Maria da Silva Medeiros de
Oliveira, M. Sc.

Coorientadora: Paula Gonçalves Serafini, M.
Sc.

NATAL, RN

2022

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Moreira, Matheus da Silva.

A olimpíada brasileira de educação financeira e o seu potencial de avaliar as recomendações internacionais sobre educação financeira / Matheus da Silva Moreira. - 2023.
52f.: il.

Monografia (Graduação Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Administrativas. Natal, RN, 2022.

Orientadora: Profa. Me. Edna Maria da Silva Medeiros de Oliveira.

Coorientadora: Profa. Me. Paula Gonçalves Serafini.

1. Educação financeira - Monografia. 2. Ensino médio - Monografia. 3. Recomendações internacionais - Monografia. 4. Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF) - Monografia. I. Oliveira, Edna Maria da Silva Medeiros de. II. Serafini, Paula Gonçalves. III. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. IV. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 64.033

Matheus da Silva Moreira

**A OLIMPÍADA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O SEU
POTENCIAL DE AVALIAR AS RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE
EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, composta pelos seguintes membros.

Aprovada em: ____/____/____

Prof^ª M. Sc. Edna Maria da Silva Medeiros de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Orientadora

Prof^ª M. Sc. Paula Gonçalves Serafini
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Coorientadora

Prof. M. Sc. Thelma Pignataro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Membro

*Dedico esta monografia a minha esposa pelo
carinho e encorajamento incondicionais.*

AGRADECIMENTOS

A construção desta pesquisa só foi possível com o apoio da minha família e amigos. Por este motivo, ofereço a minha gratidão:

Aos meus amigos, que apoiaram em momento difíceis.

Às professoras orientadoras, que me instruíram na elaboração deste trabalho.

À minha família, por toda compreensão, paciência e incentivo.

À minha esposa, por lutar as mais duras batalhas ao meu lado.

RESUMO

A educação financeira – também chamada de letramento financeiro ou alfabetização financeira – é um processo em que se dissemina na sociedade o conhecimento sobre os produtos financeiros e orienta-se as pessoas a desenvolverem as habilidades necessárias para tomar decisões financeiras conscientes, de acordo com os riscos e oportunidades existentes. O objetivo principal deste estudo é analisar o potencial da adoção das recomendações internacionais sobre a educação financeira no Brasil, para o ensino médio nos anos de 2019 a 2021. Para isso, combinou-se a pesquisa bibliográfica e a análise documental com abordagem quali-quantitativa para identificar os temas abordados nas questões das provas da OBEF, compará-los com as recomendações da ENEF e analisar as recomendações internacionais sobre o ensino da educação financeira. As provas foram construídas com o intuito de corresponder à idade dos seus participantes, concentrando-se em temas mais adequados à fase de formação dos indivíduos e alinhada às recomendações internacionais para a promoção da educação financeira.

Palavras-chave: educação financeira; ensino médio; recomendações internacionais; OBEF.

ABSTRACT

Financial education – also called financial literacy – is a process in which knowledge about financial products is disseminated in society and people are guided to develop the necessary skills to make conscious financial decisions, according to the risks and existing opportunities. The main objective of this study is to analyze the potential of adopting international recommendations on financial education in Brazil, for secondary education in the years 2019 to 2021. For this, bibliographical research and documental analysis were combined with a qualitative approach to identify the topics considered in the questions of the OBEF tests, compared them with the ENEF recommendations and analyze the international recommendations on the teaching of financial education. The tests were built with the intention to correspond to the age of their participants, focusing on themes that are more appropriate to the individuals' growth phase and guided by international recommendations for the promotion of financial education.

Keywords: financial education; secondary education; international recommendations; OBEF.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Teoria da mudança com a educação financeira	16
Figura 2 – Cidadania Financeira	18
Figura 3 – Dimensões da sustentabilidade	19
Figura 4 – Variações globais de educação financeira	21
Figura 5 – Termômetro de Educação Financeira	31
Figura 6 – Indicador de Educação Financeira (IndEF)	32
Figura 7 – Níveis das provas da OBEF	34
Quadro 1 – Resumo da estratégia de pesquisa	35
Quadro 2 – I OBEF, Nível 5, Fase 1, 5ª questão	38
Quadro 3 – I OBEF, Nível 5, Fase 3, 21ª a 24ª questão	39
Quadro 4 – I OBEF, Nível 5, Fase 1, 10ª questão	40
Quadro 5 – I OBEF, Nível 5, Fase 2, 14ª questão	41
Gráfico 1 – Distribuição dos temas abordados na I OBEF, nível 5	42
Quadro 6 – II OBEF, Nível 5, Fase única, 10ª questão	43
Quadro 7 – II OBEF, Nível 5, Fase única, 5ª questão	44
Gráfico 2 – Distribuição dos temas abordados na II OBEF, nível 5	45
Quadro 8 – III OBEF, Nível 5, Fase única, 1ª questão	46
Gráfico 3 – Distribuição dos temas abordados na III OBEF, nível 5	47
Gráfico 4 – Distribuição dos temas abordados na I, II e III OBEF, nível 5	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de questões e temas abordados na I OBEF, nível 5	41
Tabela 2 - Quantidade de questões e temas abordados na II OBEF, nível 5	44
Tabela 3 - Quantidade de questões e temas abordados na III OBEF, nível 5.....	46
Tabela 4 - Quantidade de questões e temas abordados na I, II e III OBEF, nível 5.....	47

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASIC – Comissão Australiana de Valores Mobiliários e Investimentos
BACEN – Banco Central do Brasil
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CONEF – Comitê Nacional de Educação Financeira
COREMEC – Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
ENEF – Estratégia Nacional para Educação Financeira
GPFI – Global Partnership for Financial Inclusion
INDEF – Indicador de Educação Financeira
INFE – International Network for Financial Education
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OBEP – Olimpíada Brasileira de Educação Financeira
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OPEF – Olimpíada Paraibana de Educação Financeira
PISA – Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes
PNC – Parâmetros Curriculares Nacionais
PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
SFN – Sistema Financeiro Nacional
SUSEP – Superintendência de Seguros Privados
S&P – Standard and Poor's

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.3	OBJETIVOS DE ESTUDO	13
1.3.1	Objetivo Geral.....	13
1.3.2	Objetivos Específicos	13
1.4	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O ALFABETISMO FINANCEIRO	15
2.2	A CIDADANIA E A SUSTENTABILIDADE	16
2.3	A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO MUNDO	20
2.4	A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL	24
3	METODOLOGIA	35
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	38
4.1	IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE QUESTÕES.....	38
4.2	ANÁLISE DAS RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O intenso processo de globalização trouxe profundas mudanças para a sociedade. Com o passar dos anos, os arsenais de guerra converteram-se em ferramentas tecnológicas que aproximavam consumidores e os mercados de maneira que os indivíduos hoje interagem com compradores e vendedores sem mesmo terem a intenção. Apoiada por essas tecnologias, uma cultura desequilibrada de consumo instalou-se mundo afora e tornou necessário o esforço de alfabetizar financeiramente a população a fim de promover um crescimento econômico mais estável (MESSY; MONTICONE, 2016).

Eventos como o êxodo do capital da renda fixa para a renda variável tomaram grande evidência nos últimos anos. Ainda que seja visto por muitos como um tabu, os investimentos no mercado de capitais se tornaram mais acessíveis no Brasil e atraíram muitas pessoas. Para ilustrar isso, uma análise sobre a evolução dos investidores da bolsa brasileira mostrou que, em 2018, a quantidade de investidores pessoa física era de, aproximadamente, 814 mil pessoas. Em 2022, esse número atingiu a marca de 5,2 milhões de indivíduos, um crescimento de 538% (B3, 2022). Acompanhando tais eventos, popularizaram-se as discussões sobre investimentos e educação financeira, que ganharam bastante espaço impulsionadas pelo alcance das mídias sociais.

Contudo, mesmo com números recentes que sugerem um conhecimento bastante difundido e aprofundado sobre finanças, a realidade das famílias brasileiras ainda reflete o contrário. Há bastante tempo a relação dessas famílias com o dinheiro pode ser fundamentalmente caracterizada pela compreensão rasa do funcionamento do capital, pelos hábitos de compra compulsivos na busca por prazer e pelas más decisões de curto prazo que se convertem em dívidas crescentes entre os lares. Em 2013, dados da Fecomércio apontaram que 63% das famílias brasileiras estavam endividadas (FECOMERCIO, 2013).

Como consequência do analfabetismo financeiro, das dívidas mencionadas anteriormente e dos desequilíbrios financeiros, a saúde das famílias está bastante comprometida. Alguns dos efeitos disso são males como a depressão, a insônia, as crises matrimoniais ou a baixa produtividade no trabalho, problemas que corroem o bem-estar das pessoas e estão diretamente ligados à saúde financeira das famílias.

Cada indivíduo alcança a fase adulta com uma bagagem distinta em virtude dos diferentes planos de fundo que os formaram. Porém, algo bastante comum entre eles, segundo Braunstein e Welch (2002), é que essas pessoas não têm um conhecimento financeiro adequado e, portanto, a educação financeira deveria promover a conscientização sobre as oportunidades existentes e as consequências advindas das possíveis decisões financeiras dos cidadãos para a garantia do bem-estar.

Quando conscientes da expansão tecnológica envolvida na distribuição dos serviços financeiros e das oportunidades existentes atualmente, a tendência é que os consumidores impulsionem o desenvolvimento de um mercado mais eficiente e competitivo. Isso seria possível porque cresceria a exigência por produtos e serviços financeiros de melhor qualidade e mais adequados à realidade de cada indivíduo (Braunstein e Welch, 2002).

Pensando nessas questões, instrumentos da iniciativa pública, privada e do terceiro setor brasileiro têm se articulado nas últimas duas décadas para o desenvolvimento da educação financeira no país, amparadas por um conjunto de leis e estratégias de âmbito nacional e internacional criadas para combater as fragilidades citadas. Dentre essas ações está a Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEP), um projeto desenhado para, dentre os seus objetivos, estimular o ensino do saber financeiro nas escolas, coletar dados que permitam avaliar o desenvolvimento desta temática entre os estudantes e despertá-los para que sejam capazes de fazer a gestão do próprio dinheiro, mais conscientes de cada decisão financeira.

Nesse contexto, este trabalho foi desenvolvido com a intenção de aprofundar-se nessas discussões, entender como a OBEP dialoga com as produções científicas sobre educação financeira e como ela se posiciona junto às demais iniciativas nacionais e internacionais sobre o assunto.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Tendo em vista a importância da educação financeira para a sociedade, o seu potencial de moldar o comportamento dos jovens e as atividades desenvolvidas nos últimos anos pela OBEP, este estudo debruçou-se sobre a bibliografia da educação financeira e as provas da olimpíada em questão para responder o seguinte problema de pesquisa:

“A Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEP) é capaz de avaliar a adoção das recomendações internacionais sobre a educação financeira no Brasil, para o ensino médio nos anos de 2019 a 2021?”

1.3 OBJETIVOS DE ESTUDO

1.3.1 Objetivo Geral

O presente estudo tem como objetivo analisar o potencial da adoção das recomendações internacionais sobre a educação financeira no Brasil, para o ensino médio nos anos de 2019 a 2021.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar as questões das provas de nível médio das edições I, II e III da Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF);
- Comparar os temas abordados nas provas da OBEF e as recomendações da Estratégia Nacional para Educação Financeira (ENEF);
- Analisar as recomendações internacionais sobre o ensino da educação financeira.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O sucesso financeiro é resultado de uma combinação de fatores como: geração de renda, hábitos saudáveis com o dinheiro, formação de poupança, conhecimento sobre os serviços financeiros existentes e o planejamento financeiro. Como o dinheiro não é um fim em si mesmo, esses conhecimentos são especialmente importantes quando dependemos dos recursos financeiros para atravessar uma crise, para lidar com dívidas ou simplesmente para estruturar e executar a construção de um sonho.

Administrar recursos é uma tarefa que todo indivíduo assume pelo menos alguma vez na vida e estar devidamente preparado para isso pode ser a diferença entre a preservação do bem-estar e da saúde de uma família ou a ruína. Quanto mais cedo uma pessoa aprende a lidar com as oportunidades e armadilhas que acompanham o dinheiro, melhores serão as suas chances de ter sucesso financeiro.

Há alguns anos a educação financeira tornou-se prioridade no mundo inteiro e para o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA, sigla em inglês) o Brasil não é uma exceção. De acordo com uma pesquisa realizada por esse programa em 2018 e divulgada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), 40% dos estudantes brasileiros não possuem as competências mínimas para realizar atividades simples do cotidiano ligadas às finanças (OCDE, 2018).

Baseado nestas questões, esta pesquisa foi desenvolvida para contribuir com a compreensão das recomendações de educação financeira implementadas no Brasil e no mundo. Também foi lançado um olhar especial sobre a Olimpíada Brasileira de Educação Financeira, uma ferramenta desenvolvida para avaliar as medidas adotadas no Brasil e cooperar com a promoção da educação financeira, de forma a contemplar os temas abordados nas suas provas sob a perspectiva da Estratégia Nacional de Educação Financeira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O ALFABETISMO FINANCEIRO

A relação das pessoas com o dinheiro costuma ser fonte de estresse e é motivo de desavenças em lares brasileiros. Muitas vezes, essa relação é conturbada por pouca - ou nenhuma - clareza sobre como lidar com as suas nuances e planejar-se a longo prazo. Além disso, o consumo imediato tornou-se um hábito comum na sociedade, motivado por desejos instáveis e necessidades jamais saciadas (BAUMAN, 2008). Optar por fazer o contrário, não gastar em excesso e construir uma poupança é bastante difícil, afinal poupar é abster-se do consumo hoje na expectativa de usufruir de um padrão de vida melhor anos à frente (BRUNI, 2005).

Isso é especialmente mais trabalhoso quando as pessoas não são instruídas a serem organizadas financeiramente e a lidarem com recursos limitados desde a infância. Ainda em fase de formação, os indivíduos podem ser moldados mais facilmente e tendem a tomar melhores decisões com o dinheiro, pois crescem cientes das responsabilidades e oportunidades que ele traz. Pires et. al. (2013) corroboram com esse pensamento e defendem que quanto mais cedo os indivíduos passam a controlar o dinheiro, melhor aprenderão sobre como gastar e poupar na fase adulta.

A educação financeira é fundamental para que a relação das finanças e o cotidiano seja clara para as pessoas e, com essa percepção, possam usufruir de uma melhor qualidade de vida. O Banco Mundial explica a educação financeira como uma ferramenta desenvolvida para dar às pessoas melhores condições de agirem no melhor interesse financeiro, dadas as condições socioeconômicas em que estiverem inseridas (ZOTTEL e GRADSTEIN, 2018). A alfabetização financeira, na visão da OCDE, trata-se não apenas de conhecer, mas, especialmente, entender os riscos financeiros existentes e desenvolver a confiança e as habilidades necessárias para aplicar tais conhecimentos (OCDE, 2012).

Segundo Lusardi e Mitchell (2011), consumidores com maior conhecimento financeiro possuem a habilidade de construir orçamentos pessoais, aposentadorias e planejamento financeiros futuros. Mesmo na infância e adolescência, a educação financeira incita reflexões que provocam mudanças práticas no curto prazo e transformam como o indivíduo lida com as finanças. Quando aplicadas, Zottel e Gradstein (2018) acreditam que as lições da alfabetização financeira têm impacto de curto e longo prazo como indica a Figura 1, de forma que tornarão o

indivíduo bastante capaz de conduzir suas finanças com responsabilidade, ciente dos seus direitos e bem instruído sobre como planejar o seu futuro financeiro.

Figura 1 - Teoria da mudança com a educação financeira



Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Zottel e Gradstein (2018).

Por isso, ainda que essas habilidades possam ser ensinadas ao longo da vida, quanto mais cedo elas forem instruídas melhores serão os seus frutos. Hofmann e Moro (2013) afirmam que o desenvolvimento dos programas de educação financeira nas escolas auxilia os alunos a lidarem com os desafios do dia a dia e a realizarem os seus sonhos através do uso de ferramentas financeiras. Sob uma perspectiva mais ampla, a alfabetização financeira deve ser inegociável porque tem influência direta e indireta sobre os níveis macroeconômicos tanto da política monetária quanto fiscal, de acordo com Németh et al. (2020). Quanto melhor for o nível de educação financeira, espera-se que haja maior inclusão no sistema bancário, mais oportunidades e o bom funcionamento dos mercados, impactando positivamente a formação de poupanças no país e o desenvolvimento econômico.

2.2 A CIDADANIA E A SUSTENTABILIDADE

Ao passo que é preciso tratar a relação do indivíduo com o seu dinheiro, também é preciso se discutir a relação dele com a sociedade em que ele está inserido e o exercício da sua cidadania, uma vez que as suas atitudes podem ter repercussões econômicas, sociais e ambientais. A cidadania é uma articulação dos direitos e deveres (MARSHALL, 1967) e a

formação de um cidadão diz respeito ao desenvolvimento de alguém que, em suas liberdades e direitos, deve ser capaz de dialogar com o meio em exercício democrático. O consumo é um direito e uma atividade necessária ao bom funcionamento da economia, mas que precisa ser praticada de maneira responsável e consciente, dados os possíveis impactos sociais e ambientais decorrentes dele. Neste pensamento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sugere que a educação deve pensar a cidadania como um fim, de maneira que o ensino estimule o pensamento crítico e reflexivo sobre os problemas sociais, ambientais e econômicos existentes para a formação de cidadãos mais atuantes na sociedade (BRASIL, 1996).

A partir desta discussão, o Banco Central do Brasil (Bacen), que também desenvolve o Programa de Educação Financeira (PEF-BC), preconizou o termo “cidadania financeira” como o exercício dos direitos e deveres relacionados à gestão dos recursos financeiros (BACEN, 2018). Para a existência da cidadania financeira, na visão da instituição, devem ser abordadas quatro condições fundamentais:

- a) inclusão financeira: garantir que cidadão tenha acesso aos serviços financeiros;
- b) educação financeira: desenvolver as competências necessárias ao indivíduo para gerir o dinheiro;
- c) proteção do consumidor: criar um ambiente simples e favorável ao consumidor;
- d) participação: oferecer às pessoas canais que facilitem a participação e o debate sobre o funcionamento do sistema financeiro.

Figura 2 - Cidadania Financeira

Fonte: BACEN (2018).

A formação do cidadão financeiro e o desenvolvimento econômico, além disso, devem estar associados às práticas sustentáveis, afinal tanto os recursos do planeta quanto aqueles sob posse do cidadão são limitados. A sustentabilidade “decorre de sustentação, a qual, por sua vez, é relacionada à manutenção, à conservação, à permanência, à continuidade, e assim por diante” (GARCIA, 2012, p. 389, apud GARCIA, 2016, p. 152) e deve se alicerçar sobre os pilares ambiental, social e econômico. Assim, sustentabilidade e desenvolvimento econômico devem caminhar juntos como condição essencial para a sobrevivência e perpetuação da humanidade, sempre reavaliando as bases da produção (LEFF, 2011). NEDER (1994) esmiúça o entendimento sobre a sustentabilidade ainda mais e defende que ela pode ser classificada em seis dimensões conforme revela a Figura 3.

Figura 3 - Dimensões da sustentabilidade

Dimensões da Sustentabilidade	Objetivo
Cultural	Garante a continuidade e o respeito às tradições e culturas de cada lugar.
Ecológica	Esforça-se para preservar o planeta e as suas riquezas.
Econômica	Promove a organização da vida material e o uso eficiente dos seus recursos.
Espacial	Atua na manutenção da boa relação entre o rural e o urbano, bem como na distribuição das suas populações.
Política	Garante a continuidade da ação dos governos com vista à estabilidade no longo prazo.
Social	Defender a igualdade de direitos, a dignidade humana, a qualidade de vida e o bem-estar comum.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Neder (1994).

A dimensão econômica da sustentabilidade defende a aplicação inteligente dos recursos para que haja sempre uma autossuficiência financeira e o pleno exercício da cidadania. Com o empenho de não esgotar tais recursos, eles serão capazes de perpetuar o crescimento da economia e proporcionar uma melhora no bem-estar e qualidade de vida das famílias de hoje e das gerações futuras. O desenvolvimento econômico sustentável é, por conseguinte, um dos efeitos da promoção da educação financeira e conduz ao desenvolvimento social.

2.3 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO MUNDO

Em 2003, a OCDE começou a defender a bandeira da educação financeira como um instrumento indispensável ao crescimento econômico sustentável e com o objetivo de “aumentar o conhecimento e as competências financeiras de estudantes e crianças na escola” (OCDE, 2010, p. 6), tanto nos seus países membros quanto nos não membros, como o Brasil. Nesse contexto, o papel do estudo das finanças não está limitado ao contexto das empresas, mas é ciência e arte que favorece a gestão de recursos com o poder de impactar a vida de pessoas (GITMAN, 2001).

Savóia et. al. (2007) responsabilizam a globalização, o acesso à tecnologia e as mudanças regulatórias decorrentes de políticas neoliberais pelo mundo pela forma como as instituições passaram a apoiar a necessidade de promover o conhecimento financeiro e de gerir finanças pessoais de maneira mais ativa. Preocupada com a quantidade crescente aposentadorias, endividamentos e com as desregulações presentes em mercados financeiros, a OCDE desenvolveu o Projeto de Educação Financeira (OCDE, 2004) e um documento chamado “Recomendação dos princípios e boas práticas para a educação e conscientização financeira” (OCDE, 2005). Através deles, recomendou aos países um conjunto de boas práticas que promovessem a educação financeira entre os diversos setores no mundo inteiro. Para a organização, a “educação financeira sempre foi importante aos consumidores, para auxiliá-los a orçar e gerir a sua renda, a poupar e investir, e a evitar que se tornem vítimas de fraudes” (OCDE, 2004, p. 223).

Anos mais tarde, em meio à crise de 2008, a organização criou a International Network for Financial Education (INFE), reunindo especialistas e dados coletados de vários países para compilar boas práticas e recomendar políticas favoráveis à alfabetização financeira. No ano seguinte, os países do G20 reúnem-se e criam uma rede de parceiros para a promoção da inclusão financeira chamada Global Partnership for Financial Inclusion (GPFI). Nela, o G20 incluiu os princípios para a inclusão financeira, a partir dos quais os países membros comprometeram-se a promover a inclusão financeira em busca de maior estabilidade econômica para as famílias (GPFI, 2010).

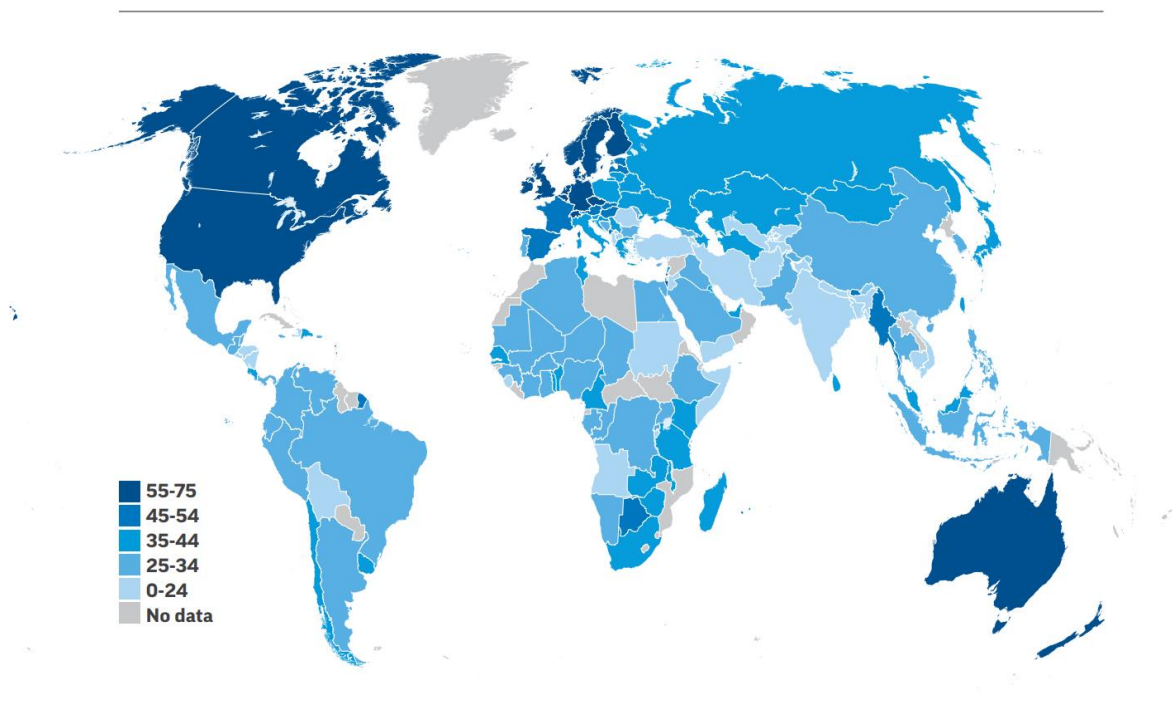
No que se refere aos parâmetros que orientam a educação financeira nas escolas, a OCDE defende que as ações devem ser desenvolvidas a partir de um programa bem estruturado, coerente, rigorosamente avaliado e que seja incluído como elemento curricular obrigatório tão cedo quanto for possível (OCDE, 2010).

Tais iniciativas foram diligentes e urgentes porque, mesmo em países como os Estados Unidos da América - a maior economia do mundo -, os norte-americanos têm deficiências na sua formação financeira. Segundo Mandell (1997), muitos estudantes do país deixam o ensino médio sem a habilidade de tomarem decisões financeiras coerentes. Isso ainda é reforçado por Fox et. al. (2005) que apontam para o elevado número de falências, dívidas e baixo nível de poupança da população norte-americana.

A Pesquisa Global de Educação Financeira, desenvolvida pelo Standard and Poor's (S&P) Rating Services e citada por Klapper et al. (2016), foi aplicada em 143 países, entrevistou mais de 150 mil pessoas e mediu o conhecimento delas sobre diversificação de risco, inflação, juros compostos e numeracia, que é a compreensão dos números como representações das coisas. A pesquisa constatou que somente 33% da população global possui conhecimento financeiro suficiente para se enquadrar como educada financeiramente

Figura 4 - Variações globais de educação financeira

MAP 1: GLOBAL VARIATIONS IN FINANCIAL LITERACY
(% OF ADULTS WHO ARE FINANCIALLY LITERATE)



Source: S&P Global FinLit Survey.

Fonte: S&P Global Financial Literacy Survey (2014).

Dentre os países que se destacaram na pesquisa estão Austrália, Canadá, Reino Unido e Alemanha, alguns dos dez países com 65% ou mais dos adultos letrados financeiramente,

como está ilustrado na Figura 4. Noruega, Dinamarca, Suécia, Israel e Canadá são os cinco que mais investem em educação financeira no mundo e, como provável consequência, têm 68% ou mais da população educada sobre o tema. Segundo Klapper et al. (2016), outra possível causa do bom letramento financeiro dessas nações é o investimento nesse tipo de educação realizado ainda nas primeiras fases da formação escolar.

As discussões da OCDE movimentaram muitos países para que começassem a estruturar suas estratégias nacionais de educação financeira para instruir o acesso aos produtos financeiros, controlar o endividamento e combater outros problemas socioeconômicos.

As discussões sobre a alfabetização financeira tornaram-se muito importantes na Alemanha (BUCHER-KOENEN e LUSARDI, 2011), onde, mesmo com um processo político oneroso para a construção dos currículos, muitos acreditam que lidar com o dinheiro deve ser ensinado ainda na escola. O país é bem avaliado em grau de educação financeira, estando entre os cinco mais bem avaliados no continente europeu, com 65% dos seus adultos financeiramente alfabetizados (KLAPPER et al., 2016).

Na Alemanha, a construção desse conhecimento tornou-se ainda mais relevante nas últimas décadas em decorrência das reformas estruturais do sistema público de pensões alemão que colocou mais responsabilidade nas mãos dos cidadãos alemães para proverem a própria aposentadoria. A alfabetização financeira, na visão de Bucher-Koenen e Lusardi (2011), tem um efeito importante no planejamento das pessoas para a aposentadoria. Assim, sem a o ensino das finanças, o devido preparo para esta fase da vida pode ser insuficiente, o que poderia levar os alemães a chegarem à idade avançada com poucas condições de se sustentarem.

No início dos anos 2000, conforme relataram Jackling et al. (2007), a Austrália parecia dar pouca atenção à educação financeira e formava alunos de ensino médio pouco preparados para tomar decisões financeiras. Com as discussões da OCDE, a Comissão Australiana de Valores Mobiliários e Investimentos (ASIC) começou a tomar iniciativas e se responsabilizou por desenvolver a estratégia de alfabetização financeira do país. Para a estratégia do país oceânico, a educação financeira tornou-se uma condição essencial para a tomada de boas decisões financeiras e melhorar o bem-estar (ASIC, 2014). Além disso, de acordo com a estratégia, a educação financeira deveria ser construída de forma flexível e continuamente fortalecida para capacitar comunidades, famílias e indivíduos a partir dos setes pilares abaixo:

- a) avaliação: promover a melhora dos programas existentes;
- b) conhecimento: tornar a informação acessível por vários canais;

- c) diversidade: desenvolver formas diversas de ensinar, dado que pessoas diferentes aprendem de formas diferentes;
- d) engajamento: estimular nas pessoas o desenvolvimento de hábitos saudáveis com finanças;
- e) inclusão: alcançar todos os americanos;
- f) melhoria dos Resultados: criar mecanismos que vão além da informação;
- g) parceria: estimular a interação de vários setores para cooperarem com a educação financeira.

Apesar de ser a maior economia do mundo, os Estados Unidos da América é apenas o 14º país em nível de educação financeira com 57% dos seus adultos letrados financeiramente (KLAPPER et al., 2016). Cuidar desse tema se tornou ainda mais necessário nas últimas décadas porque os norte-americanos têm optado por planos de contribuição e aposentadoria mais independentes e são cada vez mais responsáveis pelo próprio bem-estar.

Pensando nessa urgência e nas propostas da OCDE, a Comissão Federal de Educação Financeira e o Gabinete de Educação Financeira - pertencentes ao Congresso e o Departamento do Tesouro norte-americanos, respectivamente - assumiram a responsabilidade pela coordenação da estratégia nacional. A estratégia norte-americana previu a participação tanto dos governos quanto das instituições públicas e privadas para a promoção da alfabetização financeira e estabeleceu-se em quatro pilares, a saber:

- a) ampliar o conhecimento e o acesso à educação financeira com eficácia;
- b) determinar as competências financeiras essenciais para fornecer as informações adequadas à idade e às fases da vida dos indivíduos;
- c) aprimorar a infraestrutura da educação financeira por meio de capacitações e desenvolvimento de diretrizes;
- d) identificar, melhorar e disseminar as práticas de educação financeira eficazes;

Dentre as ferramentas de avaliação das estratégias está o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). O programa desenvolveu um estudo com jovens de 15 anos que avaliou a proficiência dos estudantes sobre os conhecimentos e as habilidades relacionados ao tema (OCDE, 2012). Usando situações cotidianas nas questões, o PISA criou esse estudo com o interesse de fornecer aos países participantes informações sobre as lacunas de ensino,

identificar as melhores práticas existentes e avaliar o impacto das iniciativas em aplicação nesses países.

2.4 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Influenciado pelas iniciativas globais que emergiram nos anos 2000 e pelo contexto socioeconômico local, o Brasil posicionou-se e deu os seus primeiros passos para tornar a educação financeira uma pauta permanente na agenda do governo. Tornou-se necessário educar porque, nesse período, a crescente oferta de crédito, o aumento do salário das famílias e o acesso facilitado a vários instrumentos de inclusão financeira não foram acompanhados pelo conhecimento da população sobre como gerir suas finanças na mesma proporção. A razão disso é que o ensino sobre finanças não era amplamente praticado nas salas de aula ou lares brasileiros, uma vez que o assunto, mesmo atualmente, é corriqueiramente encarado como tabu, segundo descreve Cláudia Forte, a superintendente da Associação de Educação Financeira do Brasil (MEGA BRASIL COMUNICAÇÃO, 2020).

Esse tabu ainda é forte por conta de um país cuja economia foi inflacionária ao longo de boa parte da sua história. A hiperinflação apresentou-se algumas vezes na história do Brasil, mas foi especialmente forte nos anos 80 e 90 que o país viu a sua moeda perder valor com ritmo frenético e isso forçou a população a gastar por entender que poupar era altamente arriscado.

Com o plano real e a gradativa recuperação do povo dos tempos de hiperinflação, a poupança cresceu bastante no Brasil. Porém, a educação financeira ainda é assunto pouco conhecido pelos brasileiros e isso foi reportado na pesquisa do S&P Rating Services, citada por Klapper et al. (2016) e mencionada em parágrafos anteriores. Segundo o estudo, o Brasil é apenas o 74º em nível de educação financeira no mundo e posiciona-se atrás de países como o Zimbábue e Madagascar. O pouco conhecimento financeiro dos brasileiros também pode ser notado na forma como montam as suas reservas financeiras. Um levantamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2018) relatou que 69,3% dos brasileiros optam por guardar os recursos disponíveis na poupança e 17,4% mantêm o saldo na conta corrente.

Com o colapso ocasionado pela pandemia do COVID-19, a incapacidade das famílias de gerirem os recursos financeiros tornou-se ainda mais evidente. Uma pesquisa de Meirelles et al. (2020), presidente do Instituto de Pesquisa Locomotiva, apontou que 86% dos brasileiros entrevistados teriam dificuldade de garantir a compra de itens básicos caso ficassem sem renda por um mês. Ainda mais grave, o mesmo levantamento revelou que 72% destas pessoas não tinham reservas para enfrentar a crise por uma semana sequer.

No ano de 2007, buscando estratégias que pudessem corrigir este problema financeiro popular e combater os efeitos de crises financeiras como a de 2007, constituiu-se um grupo de trabalho, por deliberação do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), com o desafio de traçar uma estratégia para a promoção da educação financeira a ser aplicada em todo o território brasileiro. A partir do levantamento dos programas existentes, da observação de outros países e de pesquisas no Brasil, esse grupo se empenhou em dimensionar as fragilidades brasileiras nessa seara a fim de que o país desenvolvesse uma estratégia sua para o desenvolvimento do saber financeiro da população.

Como resultado, foi identificado que a ausência de uma política que trabalhasse a educação financeira acarretava, como consequência, a crescente dívida das famílias e aumento do número de calotes, por exemplo (OCDE, 2013). O Instituto Data Popular realizou, em apoio ao grupo de trabalho do Coremec, constatou em uma pesquisa que 54% dos 1.809 entrevistados não conseguiram honrar suas dívidas em algum momento na vida e que apenas 31% poupavam com foco na aposentadoria (Data Popular, 2008).

As pesquisas aplicadas também revelaram a fragilidade dos brasileiros a golpes, a dificuldade que têm de se planejarem e de tomarem decisões com o dinheiro, além da insciência dos riscos característicos de cada instrumento financeiro. Apesar dessas constatações, foi apontada a existência de várias iniciativas de organizações não governamentais e do próprio setor financeiro para o desenvolvimento da educação financeira gratuita e livre de conflitos de interesses.

Essas investigações levaram à classificação de nove temas pelo grupo de trabalho deliberado pelo Coremec: planejamento financeiro, economia, serviços financeiros, crédito e juros, investimentos e poupança, previdência social, seguros, capitalização e proteção ao consumidor (OCDE, 2013).

Tais temas serviram de subsídio e impulsionaram o nascimento da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída pelo Decreto Presidencial nº 7.397 de 2010 e supervisionada e fomentada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), uma soma de forças de integrantes do governo e representantes da sociedade civil que reuniu órgãos como o Banco Central do Brasil (BACEN), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A ENEF estabeleceu as diretrizes necessárias à construção do material pedagógico que teria como objetivo, por exemplo, promover a educação financeira e dar ao cidadão melhores condições de tomar escolhas com o dinheiro.

Uma estratégia nacional de educação financeira é um plano de abrangência nacional que define as diretrizes e se apoia no trabalho cooperativo entre as instituições de vários setores para promover o ensino da educação financeira (OCDE, 2012) Segundo o site da própria ENEF:

A Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF – é uma mobilização multisetorial em torno da promoção de ações de educação financeira no Brasil. A estratégia foi instituída como política de Estado de caráter permanente, e suas características principais são a garantia de gratuidade das iniciativas que desenvolve ou apoia e sua imparcialidade comercial. O objetivo da ENEF, criada através do Decreto Federal 7.397/2010, é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes (ENEF, 2017).

A ENEF (2010, p. 20), por sua vez, no esforço de definir a educação financeira, adaptou o conceito da OCDE à realidade brasileira e a caracterizou nos seguintes termos:

(...) o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem-informados (...).

Quanto aos temas prioritários para a educação financeira, o PISA descreve quatro categorias de conteúdo fundamentais à formação financeira. São elas: cenário financeiro; risco e retorno; planejamento e gestão financeira; e dinheiro e transações.

No Brasil, a ENEF foi além e classificou este ensino em oito temas prioritários (ENEF, 2021a), os quais serão abordados novamente na comparação com os temas das questões das provas no próximo capítulo. Os oito temas prioritários para a ENEF são:

a) Consumo: comumente associado ao materialismo ou o consumo de massa, se desvirtua quando perde o equilíbrio. A cultura, a mídia e a publicidade desenvolveram a capacidade de influenciar o comportamento silenciosamente e transformaram em algo pejorativo o que, na realidade, significa simplesmente “o que se gasta” ou “despesa” (OXFORD LANGUAGES, 2022). Apesar do sentido negativo a que se associou o termo, o consumo deve ser feito com equilíbrio. Quando bem alinhado com ao padrão de vida e feito de forma crítica, o consumo é um importante fator para a economia. “Um pilar da contemporaneidade, construtor de identidades, o consumo de bens tangíveis e intangíveis tem se manifestado importante mediação constitutiva do sujeito. Seu conhecimento é indispensável para a formação de cidadãos capazes e críticos” (BACCEGA, 2010, p. 51);

b) Crédito: amplamente utilizado e fundamentado em confiança, o crédito é um recurso concedido a alguém sob a promessa de pagamento numa data futura. Ele é capaz de agilizar as atividades econômicas trazendo satisfação hoje por um preço futuro (FILHO, 1990), mas envolve riscos e “pode acarretar consequências desfavoráveis para o consumidor e para o mercado” (ENEF, 2021b), levando ao superendividamento e à fragilidade financeira das famílias;

c) Direitos e deveres: dizem respeito ao conhecimento daquilo que protege o consumidor e das suas responsabilidades na perspectiva da lei. Percebendo a vulnerabilidade dos consumidores, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1985, criou uma resolução em que reconhecia a existência de desequilíbrios econômicos e educacionais entre os consumidores (ALMEIDA, 2002). A vastidão e a complexidade dos instrumentos financeiros, em específico, impõem diversos desafios para a compreensão dos consumidores e exigem orientações claras sobre os direitos e deveres de cada indivíduo;

d) Investimento: é um destino dado ao dinheiro para que ele se multiplique e traga retornos com a finalidade de construir riquezas. Fator importante para o sucesso econômico, segundo Mankiw (2001), o ensino e incentivo ao uso dos investimentos deve existir como forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas;

e) Planejamento: na visão de Nakagawa (1993), significa tomar decisões antecipando eventos a partir de vários possíveis cursos de ação. O planejamento financeiro, em específico, é o processo responsável por instituir uma direção, controle e coordenação às decisões de caráter financeiro das empresas e famílias com a finalidade de que estes atinjam os seus objetivos (GITMAN, 2001). No âmbito pessoal, o planejamento financeiro diz respeito à consolidação e execução de uma estratégia dirigida à construção do patrimônio pessoal ou familiar, sendo dotada de objetivos de curto ou longo prazo (FRANKENBERG, 1999). Já Macedo (2010), define isso como a gestão do dinheiro com a finalidade de garantir a satisfação pessoal.

f) Poupança: ato de guardar dinheiro, substituindo o consumo imediato pelo uso futuro na realização de sonhos ou para lidar com imprevistos. (ENEF, 2021c). Reis (1996) ressalta a grande correlação existente entre poupança e o crescimento econômico, seja interno ou no exterior. Isso somente é possível com a disciplina de se gastar menos do que ganha;

g) Previdência: é um seguro sustentado por contribuições com o papel de prover sustento ao trabalhador em vários casos, especialmente associado à aposentadoria. Ainda que não seja verdade para todos, Elder e Johnson (2003) afirmam que há trabalhadores que desejam mudar o estilo de vida que tem ao se aposentarem, dedicando mais tempo àquilo que lhe convir.

Essa mudança, contudo, pode gerar ansiedade e necessita de um planejamento focado para o usufruto nesta fase da vida (BOSSÉ et al., 1991).

h) Seguros: é uma garantia de proteção contra os riscos existentes que envolvem, por exemplo, perdas patrimoniais. Para Smith e Wiening (1994), a proteção por meio de seguros é uma evolução necessária ao homem e tais seguros devem ser usados para proteção contra o futuro incerto e as possíveis perda de bens e renda (individual ou familiar).

Contudo, as diretrizes propostas pela ENEF enfrentaram um desalinhamento com as políticas públicas existentes, o que tornou o desenvolvimento das iniciativas bastante lento no seu começo. Savóia et. al. (2007) apontaram que os conflitos políticos existentes no Brasil criaram grande resistência para que diretrizes como as da estratégia em discussão não fossem abarcadas pelo currículo comum das escolas desde o início, uma vez que, na visão de muitos, a base multidisciplinar existente naquele momento era suficiente para a formação dos indivíduos.

Porém, educação formal como a conhecemos, como apontam Kiyosaki e Lechter (2004), não prepara as crianças para a vida real e boas notas na escola não são suficientes para garantir o sucesso dos indivíduos. O resultado disso é que os jovens concluem seu tempo nas escolas com uma formação isenta de quaisquer fundamentos em finanças, propensos ao mau uso do dinheiro na fase adulta, incapazes de se planejarem e tardios para tomar decisões importantes, como a estruturação de um plano de aposentadoria, por exemplo.

São justamente essas inaptidões que a educação financeira busca combater, para que as pessoas adquiram senso crítico e habilidades para usar os serviços financeiros existentes e gerirem seu capital de maneira competente. Tal ignorância financeira abre brechas para vieses comportamentais destrutivos e desfavoráveis a uma relação saudável com o dinheiro e à acumulação de riquezas (EKER, 2006).

Não bastassem os desafios comuns da fase adulta, a gestão financeira torna-se ainda mais desafiadora quando imersa em cenários de crise, como o vivido atualmente, já que estamos em um momento pós-pandêmico com graves efeitos colaterais ainda sendo descobertos. Um dado que ajudou a entender o efeito econômico da pandemia do coronavírus, por exemplo, foi o levantado pela Locomotiva Instituto de Pesquisa (2020) que mostrou que a renda pessoal de 62% da população brasileira economicamente ativa caiu e pressionou várias famílias a se endividarem para que conseguissem garantir a compra de itens básicos à subsistência. Hábitos saudáveis, como o de manter as despesas menores que a receita familiar ou o de construir uma reserva de emergência para lidar com imprevistos, têm importância inegável quando somos surpreendidos por infortúnios assim.

Quando observados os fatos, é notória a necessidade de se tratar a educação financeira com seriedade, dado o seu potencial de impulsionar a qualidade de vida e minguar os males inerentes às crises, desde aqueles limitados ao âmbito familiar àqueles ocasionados por pandemias ou guerras, por exemplo. Ao perceber isso e notar a evidência que ganharam os assuntos da educação financeira, foi desenvolvido o Projeto de Lei nº 7.318 de 2017, tratando o abarcamento do ensino de finanças na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio.

O BNCC é um documento preparado com o papel de definir o conjunto de conhecimentos necessários à formação escolar de todos os alunos, sejam da rede pública ou privada (particular). No documento Base Nacional Comum Curricular - Ensino Fundamental, promulgado no fim de 2017, a relevância desse assunto ficou bastante clara quando a BNCC definiu os responsáveis pela implementação do tema ao dizer:

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, [...] incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] educação financeira [...] (BRASIL, 2017, p. 19-20)

Para os alunos do ensino médio, porém, a qualidade e ênfase devem ser ainda maiores. Não à toa, a economia e a educação financeira são citadas como alguns dos Temas Especiais da BNCC na sua 2ª versão preliminar de 2016, que trata especialmente sobre o ensino médio. Os Temas Especiais, como o documento descreve, são aqueles que versam sobre problemas que perpassam as experiências de cada indivíduo, dialogando com o contexto de vida dele (BRASIL, 2016). Tais temas participam dos processos de formação de identidade desse indivíduo e da maneira como ele interage com o meio e os demais sujeitos, posicionando-se de forma crítica, ética e atuante.

Propôs-se, então, que educação financeira fosse inserida como um tema transversal no currículo nacional, permeando e dialogando não só com matérias como a Matemática, mas também História, Literatura, Geografia etc. Esta inclusão foi possível porque os temas transversais são apresentados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PNC) como “problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal” (BRASIL, 1997, p.64).

Vale ressaltar que, para que a inserção transversal desse tema no ensino das escolas forme estudantes bem-educados financeiramente, as ações de educação financeira devem atender não apenas discentes, mas também os docentes. Muitos professores ainda não possuem

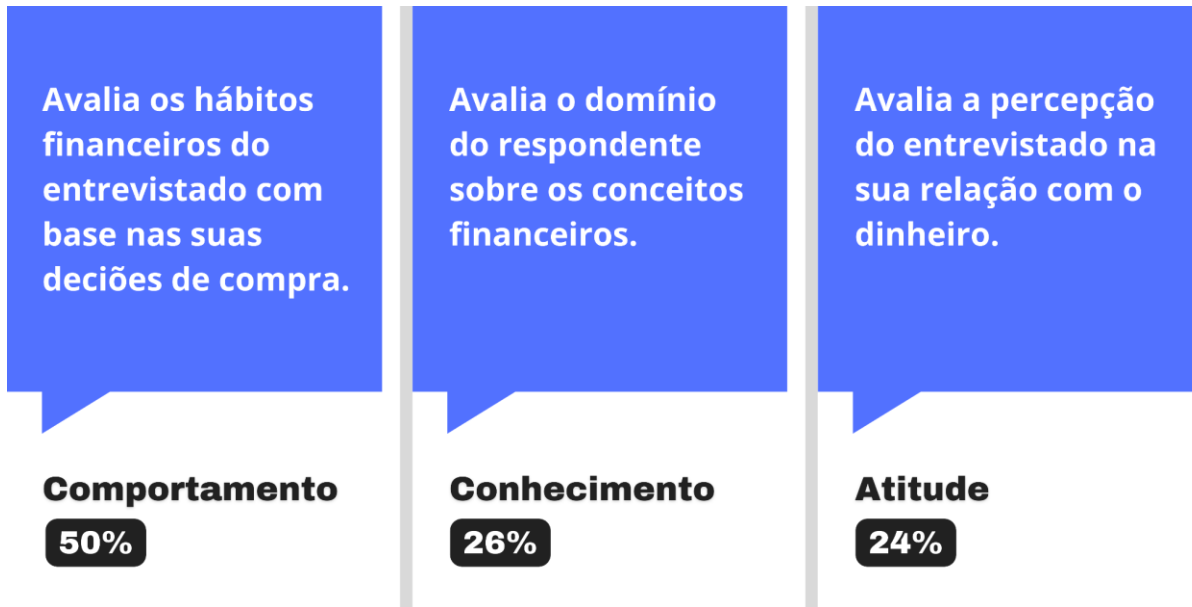
a capacidade de gerir suas finanças com consciência e, portanto, torna-se indispensável que eles recebam os treinamentos adequados para que consigam adequar as finanças ao ensino das suas respectivas matérias. A ENEF, no documento intitulado “Orientação para educação financeira nas escolas”, reforça esse entendimento ao afirmar em seu plano diretor que “a educação financeira na escola deve ser direcionada a todos os perfis de educadores e de educandos, independentemente de sua condição socioeconômica, pelos benefícios que o conhecimento da área oferece” (ENEF, 2010, p. 7).

Lançados os fundamentos e pressupostos essenciais, vários projetos e materiais começaram a surgir para ampliar essa discussão, educar e coletar dados que cooperassem com o desenvolvimento das políticas públicas destinadas ao ensino de finanças. Um exemplo disso foi o Termômetro de Alfabetização Financeira desenvolvido por Potrich et al. (2016), um indicador de educação financeira desenvolvido com base na Teoria de Resposta ao Item e validado por mais de 1.500 entrevistados. O objetivo deste termômetro foi captar a autoavaliação dos entrevistados sobre o próprio grau de educação financeira, entender os hábitos, o comportamento financeiro deles e o quanto eles conhecem sobre o funcionamento do dinheiro, do sistema financeiro, dos mercados etc. A Figura 5 apresenta como se estrutura a ferramenta:

Figura 5 - Termômetro de Educação Financeira

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Potrich et al. (2016).

Outro instrumento com objetivo semelhante foi o Indicador de Educação Financeira (IndEF), uma pesquisa desenvolvida e aplicada pelo Serasa Experian. Com a pesquisa, baseada em questionários de múltipla escolha, a empresa avalia se os fatores sociodemográficos (idade, renda, sexo, grau escolaridade etc.) influenciam o comportamento financeiro dos respondentes. Esse indicador é composto por três dimensões de avaliação ligadas às finanças pessoais e familiares dos brasileiros e que possuem pesos distintos. Essas dimensões e pesos foram descritos na Figura 6:

Figura 6 - Indicador de Educação Financeira (IndEF)

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em SERASA (2014).

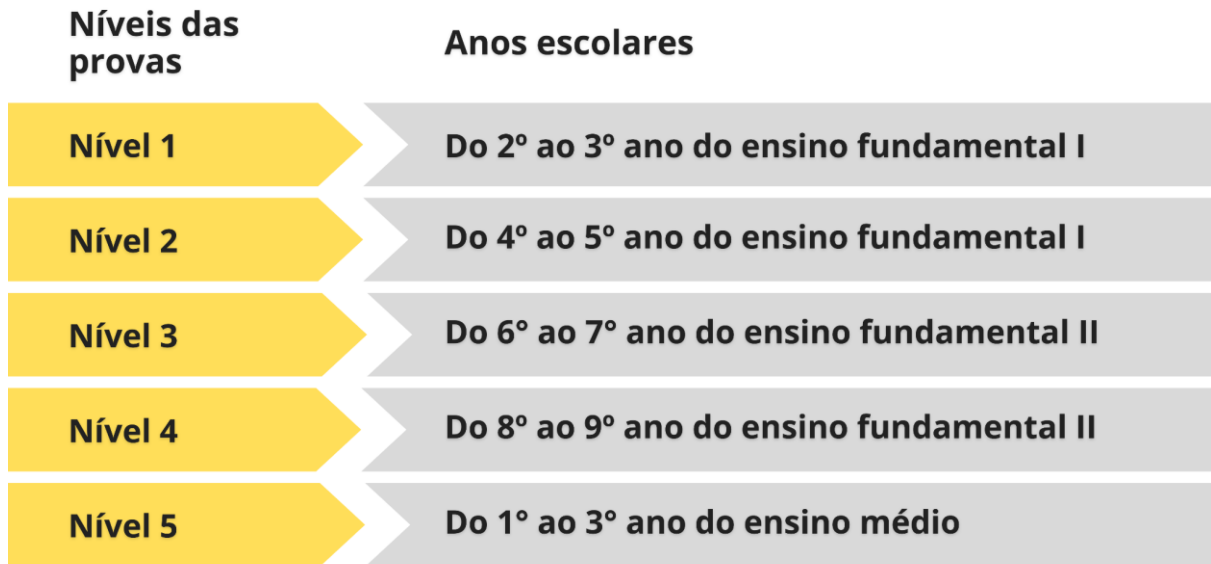
Uma iniciativa bastante importante criada para incentivar o aprendizado da educação financeira foi o projeto “Educação financeira para toda a vida”. Este, em 2012, sob a coordenação do professor doutor Wenner Glaucio Lopes Lucena, foi submetido ao Programa de Extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e, mais tarde, deu origem à OBEF.

A primeira edição da OBEF surgiu depois de duas edições da Olimpíada Paraibana de Educação Financeira (OPEF), mais precisamente em 2019. Isso aconteceu porque a intenção do programa de extensão “Educação financeira para toda a vida” era que essa olimpíada tivesse alcance nacional. Logo na sua primeira edição, a OBEF contou com a participação de 12 unidades federativas, além do Distrito Federal. Desde então, foram realizadas outras três edições em âmbito nacional, uma vez que este é um evento anual.

Em um vídeo de divulgação da olimpíada, a professora Wendy Haddad Carraro, coordenadora da OBEF no Rio Grande do Sul, afirmou que a olimpíada trabalha para “contribuir para a melhoria da qualidade da educação financeira no Brasil, despertando o interesse de crianças e adolescentes no aprendizado da educação financeira” (UFRGS TV, 2020). Para que estivesse alinhada com as boas práticas nacionais e internacionais, a OBEF estabeleceu objetivos que colocam o Brasil em condições não apenas de estimular a educação financeira local, mas também de responder às agendas internacionais. Resumidamente, os oito objetivos, segundo descreve o edital da III OBEF (2021), são:

- a) Estimular e promover o estudo da Educação Financeira nas instituições de ensino em cada estado brasileiro;
- b) Contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Financeira;
- c) Despertar o interesse de crianças e adolescentes no aprendizado da Educação Financeira;
- d) Contribuir para a integração das instituições de ensino com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e demais parceiras da OBEF;
- e) Contribuir para erradicação da pobreza por meio de novas tecnologias sociais;
- f) Dar aos jovens a oportunidade de vivenciar um processo de alfabetização e apreensão de conhecimentos básicos em Educação Financeira;
- g) Fornecer informações para o desenvolvimento de políticas públicas com o fim de reduzir os problemas financeiros que existem no país;
- h) Contribuir para que a população tenha condições de fazer crescer a renda a partir de ações de inclusão social.

Para melhor avaliar os alunos, a OBEF testa o conhecimento sobre finanças com estudantes em vários momentos da formação escolar, envolvendo indivíduos desde o ensino fundamental I ao ensino médio. Para despertar o interesse dos estudantes no assunto, conforme propõe o terceiro objetivo do projeto, a olimpíada organizou-se de forma que fossem aplicadas provas distintas de acordo com o ano escolar dos alunos. Assim, o conteúdo que compõe as provas reúne questões competentes àquilo que se espera de cada ano escola e o projeto optou por aplicar as provas em cinco níveis distintos, organizados do modo esquematizado na Figura 7:

Figura 7 - Níveis das provas da OBEF

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em OBEF (2019).

Como este trabalho buscou avaliar os temas aplicados aos estudantes do ensino médio, foram estudadas somente as avaliações do Nível 5, que compreende os alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio.

Conforme mencionado na metodologia, é importante apontar que a quantidade de fases nas edições estudadas neste trabalho não foi a mesma entre todas elas, por conta das medidas tomadas para combate à pandemia do COVID-19. Na primeira edição, em 2019, foram realizadas três fases. Já a segunda (2020) e a terceira (2021) edições foram aplicadas em fase única. A edição atual, de 2022, foi organizada em quatro fases, mas não foi concluída a tempo de ser apreciada e analisada pelo autor.

Realizou-se, então, uma análise documental cobrindo o conteúdo exposto nas provas do nível 5 das três primeiras edições. Para tanto, foi dado prosseguimento apresentando as questões das provas, apontando os assuntos abordados nelas e tipificando-os para um entendimento mais aprofundado da olimpíada. Dessa forma, será possível analisarmos como os temas da educação financeira são compreendidos pela OBEF e como se dá essa distribuição das questões entre os temas preconizados para combater o analfabetismo financeiro e formar jovens mais conscientes e habilidosos no uso do dinheiro.

3 METODOLOGIA

Com vistas a entender melhor o propósito desta pesquisa, descreveu-se o caminho percorrido para a sua realização. Uma pesquisa é um processo cujas reflexões dependem de um método, um tratamento científico que favoreça a representação da realidade. Classificar um projeto de pesquisa é bastante conveniente pois é conferida ao pesquisador maior racionalidade para cada etapa envolvida na execução do trabalho (GIL, 2018).

Neste capítulo, classificaremos este trabalho sob a perspectiva dos meios pelos quais os dados foram coletados e analisados, com o propósito de responder o problema de pesquisa e atender os objetivos descritos anteriormente, esquematizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Resumo da estratégia de pesquisa

Título	A Olimpíada Brasileira de Educação Financeira e o seu potencial de avaliar as recomendações internacionais sobre a educação financeira.	
Problema de pesquisa	A Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEP) é capaz de avaliar a adoção das recomendações internacionais sobre a educação financeira no Brasil, para o ensino médio nos anos de 2019 a 2021?	
Objetivo geral		
Analisar o potencial da adoção das recomendações internacionais sobre a educação financeira no Brasil, para o ensino médio nos anos de 2019 a 2021..		
Objetivos específicos	Coleta de dados	Análise de dados
<ul style="list-style-type: none"> a) Identificar as questões das provas de nível médio das edições I, II e III da Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEP); b) Comparar os temas abordados nas provas da OBEP e as recomendações da Estratégia Nacional para Educação Financeira (ENEF); c) Analisar as recomendações internacionais sobre o ensino da educação financeira. 	Pesquisa bibliográfica e análise documental.	Análise do conteúdo.

Fonte: elaborado pelo autor, 2022.

Sobre as classificações, do ponto de vista dos objetivos, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, uma vez que ela apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles.

O objetivo primordial desse tipo de pesquisa é a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, p. 44, 2002).

Quanto à abordagem, este foi um estudo quali-quantitativo. Isso porque parte das informações a serem descritas foi traduzida em números, apoiando-se em técnicas estatísticas, enquanto outra parte interpretou os fenômenos de maneira indutiva, sem a dependência de técnicas estatísticas. As metodologias quantitativa e qualitativa são complementares e capazes de expressar faces diferentes de um mesmo fenômeno.

A metodologia quantitativa confere dimensão aos fenômenos. Com ela é possível conhecer os perfis sociodemográficos daquilo que se estuda e ainda fazer presunções sobre o tema em questão. Já a metodologia qualitativa atribui significado aos dados e suas contribuições são menos restritivas ao possibilitarem a expressão da subjetividade tanto do pesquisador quanto do seu objeto de pesquisa (MINAYO, 2014).

Além disso, os procedimentos técnicos utilizados foram as pesquisas bibliográficas e análises documentais, tendo as Olimpíadas Brasileiras de Educação Financeira como universo de pesquisa. A pesquisa bibliográfica é realizada com base em material desenvolvido previamente, como publicações periódicas, livros ou impressos diversos. Além disso, ela dá ao investigador condições de cobrir um leque ainda mais extenso de fenômenos por basear-se em pesquisas e trabalhos anteriores, um material que o pesquisador provavelmente não desenvolveria por conta própria (GIL, 2002).

Os dados coletados e relatórios citados neste trabalho foram consultados nos sites e documentos de grandes instituições como a OCDE, o BACEN e outros sites governamentais, além de pesquisas acadêmicas e livros que discorrem sobre a temática deste trabalho. Para as pesquisas bibliográficas que tratam sobre a educação financeira no Brasil, no mundo e as recomendações internacionais, utilizou-se as plataformas Google Scholar e SciELO Brasil com palavras-chave tanto em inglês quanto em português, priorizando os artigos e dissertações na língua portuguesa.

Para a escolha dos países mencionados neste estudo, o autor baseou-se na listagem de nações que, segundo a OCDE, possuem uma estratégia nacional de educação financeira estabelecida. A partir de então, selecionamos países com economias fortes, um localizado no continente americano, um europeu e um na Oceania, a saber: Estados Unidos da América, Alemanha e Austrália.

Como também foi necessário identificar as questões e temas das provas da OBEF, usou-se da pesquisa documental. Esse procedimento é bastante semelhante à pesquisa

bibliográfica, mas tem natureza diferente dado que a pesquisa documental se vale de materiais intocados, sem qualquer discussão ou análise. Outra distinção importante entre elas, segundo Gil (2002), é que na análise documental a informação é mais dispersa e pode, conseqüentemente, ser mais difícil de ser reunida.

No decorrer da escrita deste trabalho, a quarta edição da OBEF ainda estava em andamento. Por este motivo, a amostra das pesquisas ficou restrita às provas das três primeiras edições da olimpíada, realizadas de 2019 a 2021. Como o objetivo desta pesquisa é identificar as questões das provas de nível médio, conforme descrito nos objetivos específicos, apreciou-se somente as avaliações do Nível 5, aplicada aos alunos do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio.

Vale ressaltar que as edições avaliadas não tiveram a mesma quantidade de fases e questões. A prova de 2019 foi realizada em 3 fases e totalizou 60 questões. Já nos anos de 2020 e 2021, em virtude da pandemia do COVID-19 a OBEF foi realizada em fase única. Em 2020, na segunda edição da OBEF, foram aplicadas 17 questões. Em 2021, na terceira edição, foram 15. No total, as três edições totalizaram 92 questões.

Com isso em mente, fez-se a leitura das provas em sequência cronológica, associando o principal assunto abordado em cada questão aos principais temas da educação financeira definidos pela ENEF.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE QUESTÕES

A identificação dos assuntos de cada uma das edições aconteceu a partir de uma leitura cronológica das provas. À medida que as questões foram lidas, assinalou-se qual dos oito temas preconizados pela Estratégia Nacional de Educação Financeira – e descritos no capítulo anterior – melhor correspondia ao assunto central de cada questão.

A I Olimpíada Brasileira de Educação Financeira realizou-se em três fases no ano de 2019 e, dentre as provas, três temas tiveram bastante destaque: Investimento, 36,7%; Planejamento, 21,7%; e Crédito, 20%. As questões voltadas para esses três temas, quando somadas, equivalem a 78,3% de todas as questões da 1ª edição da OBEF.

É importante notar que esta foi a única das três edições em que o tema Crédito compôs o trio dos principais assuntos, dado que nas duas edições seguintes a maior participação que Crédito deteve foi de 6,7% na 3ª edição da olimpíada.

No tema de investimentos, os participantes foram desafiados a responder tanto questões teóricas e conceituais quanto práticas, a fim de explorar o conhecimento dos alunos sobre os riscos e conceitos que envolvem as aplicações financeiras e a capacidade deles para tomarem decisões de investimento por meio de métodos matemáticos.

No Quadro 2, vê-se um exemplo de questão teórica, abordando três pilares necessários à escolha de um produto de investimento.

Quadro 2 - I OBEF, Nível 5, Fase 1, 5ª questão

5. Para fazer um investimento que atenda às suas necessidades, é importante que você conheça as três características dos investimentos:

- a) Aplicação financeira, segurança e liquidez
- b) Rentabilidade, segurança e proteção
- c) Prevenção, risco e proteção
- d) Renda fixa, renda variável e rentabilidade
- e) **Liquidez, risco e rentabilidade**

Fonte: OBEF (2019)

Noutra questão, para exemplificar uma abordagem mais prática, a banca desenvolveu um enunciado e baseou-se nele para aplicar quatro questões, associando conversões cambiais e taxas de juros para que os estudantes avaliem os rendimentos das suas aplicações, conforme mostra o Quadro 3.

Quadro 3 - I OBEF, Nível 5, Fase 3, 21ª a 24ª questão

Com base no enunciado a seguir, responda as questões 21 a 24.

Robert foi promovido no trabalho e passou a ganhar, em média, um terço a mais do valor que recebia mensalmente. Seu supervisor informou que ele iria continuar com o mesmo cargo na sua empresa, mas trabalharia *home office* para uma filial americana duas vezes por semana. Ou seja, fora do horário de trabalho atual, ele escolheria dois dias na semana para trabalhar em casa para a filial da sua empresa que está sediada em outro país. Robert já tinha equilíbrio financeiro, conseguia pagar suas despesas e permanecer com um valor para usar com gastos opcionais. Dessa forma, decidiu pegar esse valor adicional e investir em CDBs pós-fixados com rendimento ligado ao CDI. Robert receberá o seu salário advindo da filial em Dólar, que quando convertido para reais está sujeito a alterações. Na tabela abaixo se encontram os demonstrativos do que Robert recebeu e investiu nos últimos 6 meses. Com base na tabela responda as questões:

MÊS	Salário (dólar)	Taxa de Câmbio	Taxa CDI mensal
Janeiro	\$ 350,00	3,65	0,54%
Fevereiro	\$ 300,00	3,73	0,49%
Março	\$ 420,00	3,89	0,47%
Abril	\$ 600,00	3,94	0,52%
Maiο	\$ 450,00	3,94	0,54%
Junho	\$ 500,00	3,83	0,47%

21. Quanto Robert recebeu nos três primeiros meses?
22. Quanto Robert tem no total?
23. Qual foi o mês de melhor aplicação?
24. Qual foi o mês com a pior aplicação?

Fonte: OBEF (2019)

Como dito anteriormente, o tema Planejamento também foi bastante explorado. Nas fases 1 e 3, foram aplicadas quatro questões com esse tema. Na fase 2, foram aplicadas cinco. Em geral, as questões em que esse foi o assunto principal tiveram caráter mais conceitual e

basearam-se no papel e importância do planejamento financeiro e orçamentário. A questão reproduzida no Quadro 4 foi aplicada na 1ª fase desta edição e é um exemplo disto.

Quadro 4 - I OBEF, Nível 5, Fase 1, 10ª questão

10. No que se refere às características fundamentais do Planejamento Financeiro e Orçamentário, analise as afirmativas a seguir.

I - Bons modelos de planejamento financeiro devem apresentar a maior quantidade possível de pormenores.

II - Os objetivos estratégicos da empresa influenciam mais o planejamento financeiro de longo prazo que o de curto prazo.

III - O principal objetivo do planejamento financeiro é obter boas previsões do lucro da empresa nos próximos anos.

IV - Um dos objetivos das análises de sensibilidade realizadas no processo de orçamentação é a quantificação dos riscos assumidos pela empresa.

Está correto APENAS o que se afirmar em:

a) I e III

b) I e IV

c) II e III

d) II e IV

e) II, III e IV

Fonte: OBEF (2019)

O terceiro assunto mais retratado na I OBEF foi Crédito. Com os riscos e oportunidades que envolvem esse serviço financeiro, tratar sobre o Crédito torna-se um trabalho inevitável. Algo comum entre todas as três edições foi que a banca aplicou questões que testaram tanto o conhecimento do participante sobre os riscos envolvidos no uso do crédito quanto a capacidade deles de analisarem as oportunidades de empréstimos, os juros a serem pagos etc.

Como exemplo disto, a questão do Quadro 5 mostra a preocupação da banca em avaliar a ciência dos alunos sobre as possíveis armadilhas de um cartão de crédito.

Quadro 5 - I OBEF, Nível 5, Fase 2, 14ª questão

14. O uso de cartões de crédito é uma forma de crédito muito comum e são ofertados por bancos, lojas, supermercados, companhias aéreas, entre outros. O consumidor assume a responsabilidade de pagar o valor na data de vencimento da fatura. No caso do pagamento não ser efetuado na data prevista, o valor devido é acrescido de juros altíssimos no mês seguinte. São exemplos de armadilhas do cartão de crédito:

I - A facilidade de obter cartões sem o devido conhecimento das cobranças envolvidas no serviço, como taxas anuais, valor da expedição da fatura, entre outras.

II - O cartão dificulta que se perceba a quantidade de dinheiro gasto, incentivando o consumo imediato.

III - A possibilidade de pagamento mínimo da fatura sugere que essa pode ser uma boa alternativa, e os juros que incidem sobre o restante da dívida não alteram o valor devido.

As armadilhas do cartão de crédito que realmente podem ocorrer são:

a) Somente a alternativa II está correta.

b) As alternativas I e II estão corretas.

c) As alternativas II e III estão corretas.

d) Somente a alternativa III está correta.

e) As alternativas I e III estão corretas.

Fonte: OBEF (2019)

Outros temas abordados, porém, em menor proporção, foram: Consumo, 10%; Direito e deveres, 8,3%; e Poupança, 3,3%. A Tabela 1 indica a quantidade de vezes esses e os assuntos anteriores apareceram entre as questões da I OBEF.

Tabela 1 - Quantidade de questões e temas abordados na I OBEF, nível 5

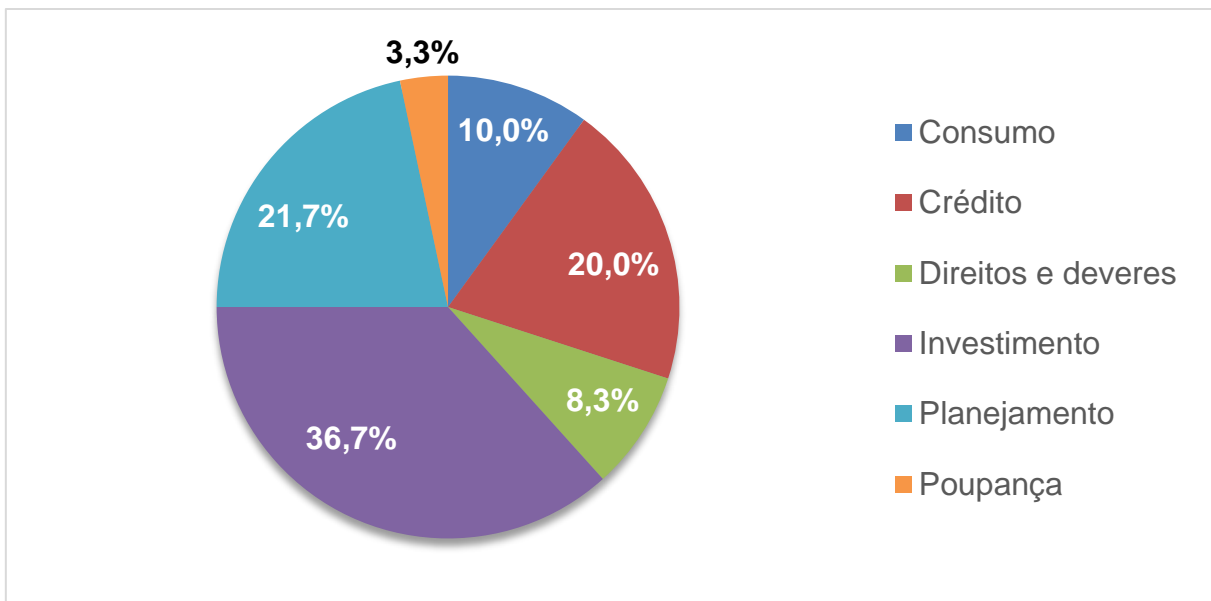
Temas	I OBEF (2019)			Total
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	
Consumo	2	1	3	6
Crédito	2	5	5	12
Direitos e deveres	2	1	2	5
Investimento	5	7	10	22
Planejamento	4	5	4	13

Poupança	0	1	1	2
Previdência	0	0	0	0
Seguros	0	0	0	0
Total	15	20	25	60

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Nesta edição, não houve qualquer questão que abordasse os temas Previdência ou Seguros. Também foi a única edição em que somente dois temas, quando somados, concentraram mais que a metade das questões, conforme observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição dos temas abordados na I OBEF, nível 5



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Com a surpresa causada pela pandemia do Coronavírus, o ano de 2020 exigiu muitas adaptações da sociedade e suas instituições. Por isso, na II Olimpíada Brasileira de Educação Financeira a prova foi aplicada em uma única fase. Dentre as 17 questões aplicadas, Planejamento e Investimento continuaram assuntos bastante abordados, somando 41,1% das questões.

Diferente da I OBEF, o tema Previdência se fez presente em uma questão. Além dele, percebeu-se a abordagem de três outros assuntos não vistos até então e não previstos nos temas da ENEF, a saber: economia; educação financeira; e Sistema Financeiro Nacional (SFN). As questões com esses três assuntos somaram 23,6% da prova.

Para exemplificar um desses casos, o Quadro 6 mostra uma questão onde o entendimento sobre o conceito da educação financeira à luz da OCDE é testado.

Quadro 6 - II OBEF, Nível 5, Fase única, 10ª questão

10) A seguir serão apresentadas algumas palavras, complete os espaços em branco da frase a seguir com a palavra que melhor se encaixe no contexto e em seguida assinale a alternativa que representa a ordem correta.

Pioram – participam- conscientes – usam – inconsequentes – presente –competências – mal-estar – bem – melhoram – explorem – passado – melhorem – futuro – inconscientes.

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de2005, educação financeira é “o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades _____ a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as _____ necessários para se tornarem mais _____ das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas _____ informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que _____ o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o _____”.

a) pioram – competências – conscientes – mal – melhorem – passado.

b) pioram – competências – conscientes – bem – melhorem – presente.

c) melhoram – competências – conscientes – bem – melhorem – futuro.

d) melhoram – competências – inconscientes – bem – melhorem – futuro.

e) pioram – consequências – conscientes – bem – melhorem – presente.

Fonte: OBEF (2020)

Na II OBEF, a banca também incluiu uma questão sobre previdência, a única identificada entre as 60 questões das três edições. Em uma combinação de conteúdo conceitual e prático, a questão representada no Quadro 7 trata tanto sobre o Sistema Previdenciário Nacional quanto os cuidados necessários ao se optar por construir a aposentadoria de maneira independente.

Quadro 7 - II OBEF, Nível 5, Fase única, 5ª questão

5) Sobre as estratégias mais seguras para uma aposentadoria financeiramente equilibrada, analise as afirmativas abaixo e marque V (verdadeiro) ou F (falso):

- () O Sistema Previdenciário Nacional constitui-se apenas na Previdência Privada;
- () Os maiores cuidados que se deve ter ao se adotar uma estratégia independente para a aposentadoria são administrar bem os investimentos e resistir à tentação de dar uma destinação diferente aos recursos reservados para a aposentadoria, usando os, por exemplo, para trocar de carro ou reformar a casa;
- () A Previdência Privada, também chamada de Previdência Complementar, está associada à formação de uma reserva que pode complementar a aposentadoria recebida pelo INSS.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo:

- a) V, V, F
- b) F, V, V**
- c) V, F, V
- d) V, F, F
- e) F, F, V

Fonte: OBEF (2020)

A partir desses e dos demais assuntos notados na identificação das questões, construiu-se a Tabela 2.

Tabela 2 - Quantidade de questões e temas abordados na II OBEF, nível 5

II OBEF (2020)	
Temas	Fase única
Consumo	1
Crédito	1
Direitos e deveres	3
Investimento	3
Planejamento	4
Poupança	0
Previdência	1
Seguros	0
Economia*	1

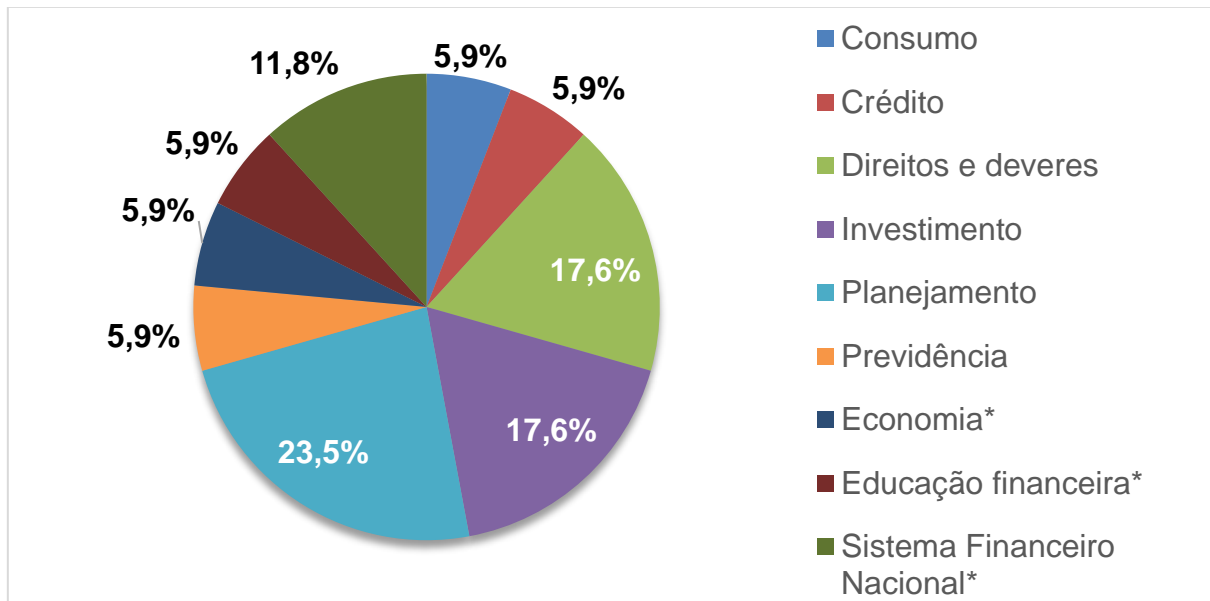
Educação financeira*	1
Sistema Financeiro Nacional*	2
Total	17

*Temas não previstos entre os temas da ENEF

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Conforme pode-se observar no Gráfico 2, o tema Crédito, que compôs 20% das questões da I OBEF, apareceu em apenas uma questão da II OBEF e a banca cedeu espaço às questões que trataram sobre Direitos e deveres dos consumidores, atribuindo a esse assunto 17,6% das questões aplicadas. Os temas Poupança e Seguros não foram tratados.

Gráfico 2 - Distribuição dos temas abordados na II OBEF, nível 5



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Ainda com postura cautelosa frente à pandemia do COVID-19, muitas instituições optaram por realizar suas atividades de maneira remota e para a OBEF não foi diferente. A prova de 2021 foi realizada pela internet e, de forma similar à segunda edição, teve uma quantidade reduzida de questões – 15 questões.

Além da quantidade de questões da prova, as edições dois e três da OBEF tiveram outras semelhanças. Planejamento, Investimento e Direitos e deveres, por exemplo, também estiveram entre os principais assuntos das questões, acompanhados do tema Consumo (que teve a mesma quantidade que Planejamento). Os temas Previdência e Seguros não foram identificados, semelhante ao ocorrido na I OBEF, o que também está descrito na Tabela 3.

Tabela 3 - Quantidade de questões e temas abordados na III OBEF, nível 5

III OBEF (2021)	
Temas	Fase única
Consumo	2
Crédito	1
Direitos e deveres	3
Investimento	4
Planejamento	2
Poupança	1
Previdência	0
Seguros	0
Educação financeira*	1
Sistema Financeiro Nacional*	1
Total	15

*Temas não previstos entre os temas da ENEF

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Dois dos três temas não previstos pela ENEF, e que estiveram na II OBEF, foram aplicados na edição 2021 da olimpíada e somaram 13,4%: Educação financeira e SFN. No Quadro 8, observa-se um exemplo de como a olimpíada testa o conhecimento dos alunos sobre o SFN.

Quadro 8 - III OBEF, Nível 5, Fase única, 1ª questão

1. A Taxa Selic é a taxa básica de juros da economia brasileira. Ela foi criada em 1979, com principal objetivo de ser uma ferramenta de controle da inflação. Sendo assim quando o Banco Central aumenta a Selic, isso desacelera a economia, impedindo a inflação de ficar muito alta. Mas o que significa o termo “Selic”?

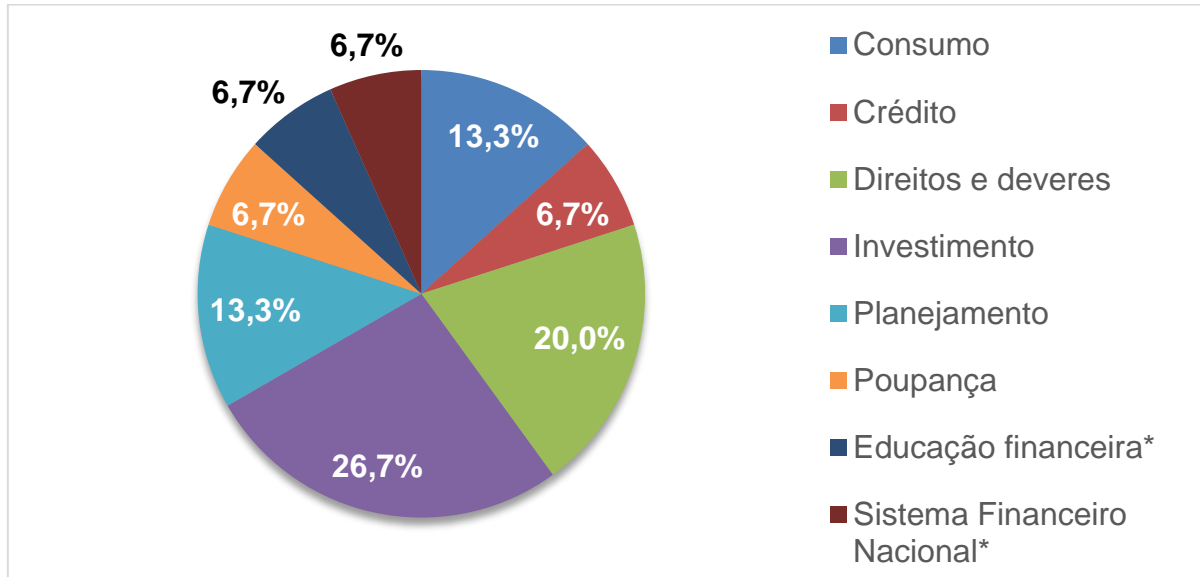
- a) Sistema Especial de Liberação de Capital
- b) Sistema Especial de Liquidação e Custódia**
- c) Sistema Exclusivo de Liquidação e Custódia
- d) Sistema Exclusivo de Longa Capitalização

e) Sistema Exclusivo de Liberação de Crédito
--

Fonte: OBEF (2021)

Além os temas não previstos, Crédito e Poupança também compuseram a prova de nível 5 da III OBEF, cada uma com 6,7% das questões conforme esquematizado no Gráfico 3:

Gráfico 3 - Distribuição dos temas abordados na III OBEF, nível 5



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Para que haja uma compreensão mais ampla de como a banca avaliou os estudantes, as 92 questões de nível 5 aplicadas nas edições três edições em estudo também foram tratadas em conjunto, de forma que os temas foram distribuídos e podem ser observados na Tabela 4.

Tabela 4 - Quantidade de questões e temas abordados na I, II e III OBEF, nível 5

OBEF, 2019 a 2021				
Temas	I OBEF	II OBEF	III OBEF	Total
Consumo	6	1	2	9
Crédito	12	1	1	14
Direitos e deveres	5	3	3	11
Investimento	22	3	4	29
Planejamento	13	4	2	19
Poupança	2	0	1	3

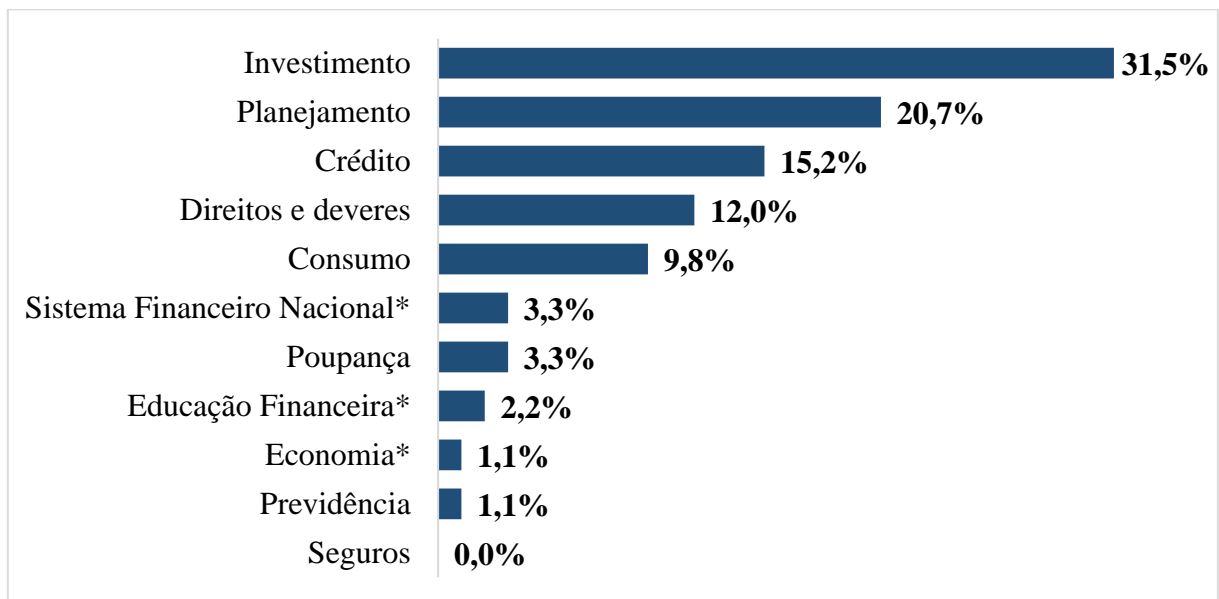
Previdência	0	1	0	1
Seguros	0	0	0	0
Economia*	-	1	0	1
Educação Financeira*	-	1	1	2
Sistema Financeiro Nacional*	-	2	1	3
Total	60	17	15	92

Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Mesmo sendo um tema pouco presente na segunda e na terceira edições, Crédito se manteve entre os três tópicos mais abordados no quadro geral por conta da presença forte na I OBEF. Assim, observou-se que os temas mais recorrentes, de 2019 a 2021, foram, nesta sequência: Investimento, 31,5%; Planejamento, 20,7%; e Crédito, 15,2%. O tema Seguros não foi tratado em quaisquer destas edições.

A distribuição desses e dos demais temas dá fortes indícios de quais são os temas prioritários para a banca e foram ranqueados dos mais recorrentes aos menos recorrentes no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Distribuição dos temas abordados na I, II e III OBEF, nível 5



Fonte: elaborado pelo autor (2022)

Com o Gráfico 4 é fácil observar o quão concentrada em poucos temas a prova é: aproximadamente 80% das 92 questões aplicadas aos alunos do ensino médio de 2019 a 2021

concentraram-se em Investimento, Planejamento, Crédito e Direitos e deveres. Com isso, os demais sete temas dividiram aproximadamente 20% das questões.

4.2 ANÁLISE DAS RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS

Com os temas identificados e tabulados, foi preciso analisá-los do ponto de vista das recomendações internacionais. Isto é importante para que se tenha ideia mais concreta de como as provas aplicadas pela OBEF avaliam os aspectos contemplados pela literatura internacional da educação financeira.

Com quase um terço das suas questões abordando investimentos, a olimpíada deixa evidente o quanto acredita que este deve ser um assunto bem disseminado entre os estudantes. Proteger o capital por meio de alocações bem feitas e multiplica-lo de maneira competente devem ser habilidades bem desenvolvidas por aqueles que buscam ter sucesso financeiro. Mankiw (2001) afirma que o hábito de investir com recorrência possui grande correlação com a qualidade de vida das pessoas, pois coopera com a realização de objetivos de curto e médio prazo, além da formação de um patrimônio para usufruto no futuro distante. Tal hábito deve ser ensinado, incentivado e avaliado para garantir que os novos investidores estejam aptos a melhor gerirem suas aplicações e adotem horizontes de investimento satisfatórios.

Para Gitman (2001), o tema Planejamento, conforme revelam as questões das provas, é bastante relevante pelo papel que desempenha no controle e coordenação das decisões financeiras. Esta é uma competência que deve ser associada a muitos dos demais conhecimentos aplicados à educação financeira, já que uma gestão financeira pessoal eficaz depende da combinação desses conhecimentos. No entendimento de Frankenberg (1999), planejar é um processo construtivo e indispensável à consolidação de um patrimônio, o que justifica a escolha da banca em aplicar o assunto em 20,7% das questões.

O terceiro assunto mais abordado entre as três edições, ainda que com peso concentrado na I OBEF, foi Crédito, com 15,2% das questões estudadas. Um instrumento bastante acessível e poderoso, o crédito é capaz de alavancar o crescimento de negócios ou mesmo dar acesso a bens pessoais hoje por preços futuros (FILHO, 1990). Esta troca, contudo, pode ser arriscada, principalmente para o fiduciante, uma vez que as dívidas podem limitar o acesso ao crédito à pessoa física, acumular-se rapidamente e comprometer o sustento do agente deficitário e sua família. Por estas razões, ensinar a lidar com as ferramentas de crédito de forma responsável é um cuidado com a sociedade e deve acontecer desde cedo.

O assunto de Direitos e deveres recebeu certa atenção da OBEF e completou o grupo dos quatro temas responsáveis por 80% das questões do período. O motivo disto, provavelmente deu-se pela necessidade de proteger os consumidores mais vulneráveis, algo que foi alertado pela ONU e reforçado por Almeida (2002). Os consumidores estão expostos a perigos invisíveis e podem, em alguns casos, ser vítimas de mercados mais complexos, a exemplo do mercado financeiro e seus instrumentos aparentemente indecifráveis para a pessoa comum. Com isso, surge o desafio de conscientizar e orientar os cidadãos para que sejam munidos com informações claras sobre os direitos e deveres que lhes cabem.

Quanto aos demais assuntos, ainda que tenham recebido pouca atenção da banca, dois merecem atenção: Previdência, 1,1%; e Seguros, 0%. É verdade que falar sobre aposentadoria e proteção – seja dos bens, da vida etc. – pode se tornar desinteressante para o público mais jovem por serem temas considerados pouco “empolgantes”. Porém, entendendo a existência dos riscos à volta e as fases distintas da vida, pensar sobre eles torna-se imperativo.

Não apenas uma opção, a contratação de seguros para proteção dos bens, da saúde e da família, precisa ser tratada como uma obrigação (SMITH e WIENING, 1994) pois ainda que o risco constitua uma possibilidade, ao longo da vida ele pode ser implacável. Já para aqueles que pretendem ter uma rotina diferente ao se aposentarem, refletir a respeito da previdência, tenha caráter obrigatório e/ou complementar, em idade mais nova será determinante para que haja uma transição livre de turbulências na velhice, segundo Bossé et al. (1991).

Com a relevância desses assuntos, a escolha de não os endereçar nas provas pode pressupor uma fragilidade da olimpíada. Porém, outras recomendações internacionais sugerem que a decisão de não abordar tais temas tem respaldo. De maneira crítica, a estratégia norteamericana para a educação financeira, por exemplo, estabeleceu entre os seus quatro pilares a necessidade de determinar as competências financeiras a serem trabalhadas de acordo com a idade e a fase da vida em que se encontram os alvos dessas ações.

Além disso, as questões de planejamento, mesmo que não versem sobre aposentadoria literalmente, tem correlação com as discussões sobre previdência. Na percepção de Bucher-Koenen e Lusardi (2011), há uma espécie de efeito cascata, onde o desenvolvimento da habilidade de planejar tem efeitos diretos sobre a construção de um plano de aposentadoria, desde que os horizontes do indivíduo estejam bem ajustados para isso.

Dessa forma, a escolha dos temas que compõem a prova, nestas proporções, reforçam o compromisso da banca de cumprir com o objetivo de estimular os alunos do ensino médio a gerirem as próprias finanças e tornarem-se mais responsáveis pelas suas finanças desde cedo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou entender a capacidade da OBEF de avaliar a adoção das recomendações das internacionais para a educação financeira no ensino médio brasileiro de 2019 a 2021. Isto foi feito para contribuir com a compreensão das recomendações sobre a temática implementadas no Brasil e no mundo, a partir de pesquisas bibliográficas e análises documentais.

Para alcançar o entendimento do potencial da adoção das recomendações da OCDE sobre a educação financeira no ensino médio brasileiro no período descrito, definiu-se três objetivos específicos. A partir deles, verificou-se que as 92 questões aplicadas ao longo das três edições não foram distribuídas de maneira uniforme e as provas não tiveram a mesma quantidade de fases, muito em virtude do cenário pandêmico que se apresentou. Isto também teve impacto no formato de realização das olimpíadas, que se alternaram entre provas presenciais e online.

Quando tabuladas e analisadas as questões, concluiu-se que os temas preconizados pela ENEF não foram explanados integralmente nas provas, não houve uma distribuição uniforme dos temas inseridos e 80% das questões concentraram-se em três assuntos. Além disso, notou-se a falta de um embasamento teórico evidente na construção e contextualização das questões aplicadas. Ainda que haja escassez (ou ausência) de questões que versem sobre previdência e seguros, o referencial teórico internacional analisado sugere que a adoção dos assuntos mais presentes na prova cooperam com o objetivo da OBEF de estimular os alunos do ensino médio a se interessarem mais pela educação financeira. Assim, a decisão de não tratar certos temas pode estar relacionada com uma preocupação da banca em tornar a educação financeira mais atraente para os estudantes, ao invés de abarcar todos os temas afins da educação financeira uniformemente.

Assim, o zelo da organização da olimpíada em pensar o conteúdo da prova de maneira crítica, preocupada com o estímulo da educação financeira e alinhada com o referencial teórico internacional atestam a capacidade da OBEF de avaliar a adoção das recomendações da OCDE sobre a educação financeira para o ensino médio brasileiro, dos anos de 2019 a 2021. A forma como se estrutura a avaliação

Por fim, quanto às oportunidades para pesquisas futuras, pode-se fazer novos levantamentos com as futuras provas, o que permitiria uma visão mais extensa da olimpíada e sem a influência do COVID-19, conferindo mais uniformidade entre as edições. É possível,

também, avaliar a percepção dos estudantes sobre a OBEF e o quanto eles se sentem estimulados a se alfabetizarem financeiramente por meio da aplicação de questionários.

REFERÊNCIAS

- AUSTRALIAN SECURITIES & INVESTMENTS COMMISSION - ASIC. ASIC's strategic outlook. **ASIC**, Austrália, 2014. Disponível em: <https://download.asic.gov.au/media/2195181/asic-strategic-outlook-2014-2015.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2022.
- BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/educação: relações com o consumo. Importância para a constituição da cidadania. **Comunicação Mídia e Consumo**, [S. l.], v. 7, n. 19, p. 51, 2010. DOI: 10.18568/cmc.v7i19.194. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/194>. Acesso em: 21 nov. 2022.
- BACEN (Banco Central do Brasil). **Relatório de Cidadania Financeira 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/releidfin/index.html>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. 1. ed. São Paulo: Zahar, jul. 2008. 200 p.
- BOSSÉ, Raymong et al. How stressful is retirement? Findings form the Normative Aging Study. **Journal of Gerontology: Psychological Sciences**, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 9-14, jan. 1991. DOI 10.1093/geronj/46.1.P9. Disponível em: <https://academic.oup.com/geronj/article-abstract/46/1/P9/638808?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 2 nov. 2022.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 nov. 2022.
- BRAUNSTEIN, Sandra; WELCH, Carolyn. (nov 2002). Financial literacy: An overview of practice research, and policy. **Federal Research Bulletin**, v. 88, p. 445, 2002. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2002/1102lead.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.
- BRUNI, Adriano Leal. **Mercados Financeiros: para a certificação profissional ANBID 10 (CPA-10)**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005. ISBN 8522439680.
- BUCHER-KOENEN, Tabea; LUSARDI, Annamaria. Financial Literacy and Retirement Planning in Germany. **National Bureau of Economic Research**, Cambridge, MA, jun. 2011. DOI 10.3386/w17110. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w17110>. Acesso em: 8 nov. 2022.
- CUNHA, Márcia Pereira. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e218463, mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.218463>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/L9qwW5jc6b5qrfFgxDbgyxt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2022
- CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Cenário da poupança e dos investimentos dos brasileiros. **CVM**, 2018. Disponível em: http://www.cvm.gov.br/menu/investidor/estudos/pesquisas/20181002_estudo_spc_cenario_d_a_poupanca_e_dos_investimentos_dos_brasileiros.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.

EKER, T. Harv. **Os segredos da mente milionária**: aprenda a enriquecer mudando seus conceitos sobre o dinheiro e adotando os hábitos das pessoas bem-sucedidas. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, jul. 2006. 176 p. ISBN 8575422391.

ELDER, Glen Holl; JOHNSON, Monica Kirkpatrick. (2003). The life course and aging: Challenges, lessons, and new directions. In: STTERSTEN, Richard. **Invitation to the life course**: Toward new understandings of later life. Amityville, NY: Routledge, 2003. p. 49-81.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF. Orientação para educação financeira nas escolas. **Vida e Dinheiro**, 2010. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/DOCUMENTO-ENEF-Orientacoes-para-Educ-Financeira-nas-Escolas.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2022

_____. Plano Diretor. 2017. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf. Acesso em: 02 nov. 2022.

_____. Temas. Vida e Dinheiro, 2021a. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/#temas>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. Crédito. Vida e Dinheiro, 2021b. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/en/portfolio/credito/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

_____. Poupança. Vida e Dinheiro, 2021c. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/en/portfolio/poupanca/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FECOMÉRCIO. Radiografia do endividamento das famílias brasileiras - 2013. **Fecomércio**, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/upload/pdf/2015/13/RADIOGRAFIA-DO-ENDIVIDAMENTO-DAS-FAMILIAS-BRASILEIRAS-2013.pdf>. Acesso em: 24 out. 2022.

FILHO, F.P.S. **Garantias nas Operações de Crédito**. São Paulo, IBCB, 1990.

FOX, Jonathan et al. Building the case for financial education. **Journal of Consumer Affairs**, [s. l.], v. 39, n. 1, p. 195-214, 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23860132>. Acesso em: 3 dez. 2022.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, jan. 1999. ISBN 8535204989.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. Dimensão econômica da sustentabilidade: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. **Veredas do direito**: direito ambiental e desenvolvimento sustentável, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 133-153, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/487>. Acesso em: 5 nov. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p. ISBN 8522431698.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GLOBAL PARTNERSHIP FOR FINANCIAL INCLUSION – GPFI. **G-20 Principles and Report on Innovative Financial Inclusion**. 2010. Disponível em: https://www.gpfi.org/sites/gpfi/files/documents/Principles%20and%20Report%20on%20Innovative%20Financial%20Inclusion_0.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022

HOFMANN, Ruth Margareth; MORO, Maria Lucia Faria. Educação matemática e educação financeira: perspectivas para a ENEF. **Zetetike**, Campinas, SP, v. 20, n. 2, p. 37–54, 2013. DOI: 10.20396/zet.v20i38.8646609. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8646609>. Acesso em: 8 nov. 2022.

KLAPPER, Leora et al. Financial Literacy Around the World: Insights from the Standard & Poor’s Ratings Services Global Financial Literacy Survey. **Global Financial Literacy Excellence Center**, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://gflec.org/initiatives/sp-global-finlit-survey/>. Acesso em: 2 nov. 2022.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. Financial literacy and retirement planning in the United States. **Journal of Pension Economics and Finance**, Cambridge, p. 509-525, 2011. DOI 10.1017/S147474721100045X. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-pension-economics-and-finance/article/abs/financial-literacy-and-retirement-planning-in-the-united-states/F381C893F96468A68CF4A4203A91DD08>. Acesso em: 25 out. 2022.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A Árvore do Dinheiro: Guia para Cultivar a sua Independência Financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, jan. 2010. ISBN 8535224203

MANKIW, Nicholas Gregory. **Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, ago. 2001. ISBN 8535208534

MEGA BRASIL COMUNICAÇÃO / TV MEGA BRASIL. **Educação financeira ainda é tabu no Brasil**. YouTube, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TWf4XyizfB0>. Acesso em: 27 out. 2022.

MEIRELLES, Renato.; JULIO, Carlos.; DIAS Álvaro Machado. **Economia e Consumo na Era da Pandemia**. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://ilocomotiva.com.br/wp-content/uploads/2022/01/economia-consumo-era-pandemia.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

MESSY, Flore-Anne; MONTICONE, Chiara. Financial Education Policies in Asia and the Pacific. **OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, Paris, n. 40, 19 jan. 2016. DOI 10.1787/20797117. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/financial-education-policies-in-asia-and-the-pacific_5jm5b32v5vvc-en. Acesso em: 11 nov. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 407 p. ISBN 9788527101813.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução à controladoria**: conceitos, sistemas, implementação. [S. l.]: Atlas, jan. 1993. 104 p. ISBN 8522409889.

NEDER, Ricardo Toledo. Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 34, n. 2, pp. 89-91, 1994. DOI 10.1590/S0034-75901994000200011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/pVwkZGwxy4pSsvHzBfqbb6d/>. Acesso em: 3 dez. 2022.

NÉMETH, Erzsébet et al. Financial Literacy: who, whom and what are they training for? Comparative Analysis 2016–2020. **Public Finance Quarterly**, Hungria, p. 554-583, 21 dez. 2020. DOI 10.35551/PFQ_2020_4_7. Disponível em: <https://www.penzugyiszemle.hu/en/public-finance-quarterly-archive-articles/financial-literacy-who-whom-and-what-are-they-training-for-comparative-analysis-2016-2020>. Acesso em: 15 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **PISA 2018 Results (Volume IV)**: are students smart about Money? PARIS: OECD Publishing, 2020. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/48ebd1ba-en.pdf?expires=1669925719&id=id&acname=guest&checksum=23B00A5D480349CC090BB8D439248978>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **OECD's Financial Education Project**. 2004. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/33865427.pdf>. Acesso em: 29 out. 2022

_____. **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness**. 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2022.

_____. **Financial literacy and inclusion**: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender. 2013. Paris, France: OECD Centre. Disponível em: https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

_____. **OCDE/INFE High-level principles on national strategies for financial education**. 2012. Paris, France: OECD Centre. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/OECD-INFE-PrinciplesNational-Strategies-Financial-Education.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

POTRICH, Ani Caroline Grigion et al. Você é alfabetizado financeiramente?: descubra no termômetro de alfabetização financeira. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, Porto a Alegre, v. 13, n. 2, p. 153-170, 2016. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/18826> Acesso em: 15 nov. 2022.

REIS, E. J., PONTA, A. F. **Poupança e crescimento**: evidências macroeconômicas para o Brasil. Rio de Janeiro: BID/IPEA, out. 1996, 24 p.

RIBEIRO, Cristina Tauaf. Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 486-497, out. 2020. DOI 10.1590/1679-395120190038x. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/kNmkwXDdW3LZSsPn7PjmYfg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2022.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI**: Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993. 103 p.

SAVOIA, José Roberto Ferreira et al. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007. DOI 10.1590/S0034-76122007000600006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2022.

SERASA. Indicador de Educação Financeira. Serasa Experian e IBOPE Inteligência. São Paulo. 2014. Disponível em: <https://silo.tips/download/indicador-de-educaao-financeira>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SILVA, Tarcísio Pedro da et al. Financial education level of high school students and its economic reflections. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 52, n. 3, p. 285-303, 2017. DOI 10.1016/j.rausp.2016.12.010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0080210717300924?via%3Dihub>. Acesso em: 25 out. 2022.

SMITH, Barry; WIENING, Eric. **Como funciona o seguro**. Tradução de Roberto Luis Martins Castro. Rio de Janeiro: Funenseg. 1999.

UFGRS TV. **II Olimpíada Brasileira de Educação Financeira**. YouTube, 20 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DXxbj0hrZnM>. Acesso em: 23 out. 2022.

ZOTTEL, Siegfried; GRADSTEIN, Helen Luskin. Integrating Financial Capability into Government Cash Transfer Programs. **The World Bank**. Washington, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/30116>. Acesso em: 13 nov. 2022